



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

-----ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA AFURADA-----

-----Mandato 2025-2029-----

-----SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E OITO -----

-----DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS-----

-----ATA NÚMERO CINCO-----

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, em cumprimento da respetiva convocatória, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor João Paulo da Silva Neto (PSD) coadjuvado pelas Senhoras Deputadas Ana João Machado de Brito (CDS) e Sofia da Conceição Correia do Mar (PSD), Primeira e Segunda-Secretárias, respetivamente.

Assinaram a “**Lista de Presenças**”, para além dos mencionados da Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados: -----

Pelo PSD: Pedro Filipe da Silva Fernandes, Flávia Margarida Remelgado Freitas e José António Rodrigues Ferreira Pinto. -----

Pelo PS: Maria Elisa Lapa Correia Duarte, Francisco da Silva Moreira e Carlos Alberto de Sousa Duarte (após ter tomado posse). -----

Pelo Executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Eduardo José Moreira de Matos, a Secretária, Diana Cristina Pereira Gomes e Silva Guimarães e o Tesoureiro, António Francisco da Silva Marques. -----

Às vinte e uma horas e nove minutos, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia declarou aberta a sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ---
Muito boa noite, bem-vindos a mais uma sessão ordinária da nossa Assembleia, de 28 de abril de 2026, são 21h e 9m, declaro aberta a sessão. Queria agradecer a presença do público, dos Senhores Deputados, dos membros do Executivo e das minhas colegas da mesa. Antes de começar, eu queria dar nota de que houve dois pedidos de suspensão do deputado Bruno Vilas Boas, do PSD e da deputada Margarida Ferreira, do PS. Para compor a Assembleia, neste caso, temos o Senhor Carlos Alberto de Sousa Duarte, que irá tomar posse para substituir a Senhora Margarida Ferreira, e o Senhor José Pinto, que já tomou posse, mas está em substituição do Senhor Bruno Vilas Boas. Eu vou só pedir dois minutos para assinarmos aqui o auto de posse. -----

O Senhor Presidente da Assembleia procedeu à verificação da conformidade dos pressupostos legais e da identidade do cidadão eleito, Carlos Duarte. Verificada a legalidade do processo, o Senhor Presidente conferiu-lhe a devida posse, tendo o mesmo assinado o respetivo auto e assumido, de imediato, as suas funções como Deputado da Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Dada a posse ao Senhor Carlos Duarte, seja bem-vindo a estes trabalhos. Vamos começar com o **Ponto 1**, que é a **Intervenção do Público**. Pergunto se há alguém, se há algum dos membros do público aqui presente que queira usar da palavra? Não há ninguém que queira usar da palavra. Sendo assim, fechamos de imediato este ponto. E passamos para o **Ponto 2**, que é o **Período Antes da Ordem do Dia**. Aqui neste ponto, eu gostava primeiro, gostava não, tenho de informar primeiro a Assembleia sobre a atividade e o expediente recebido pela mesa. Portanto, o Presidente da Assembleia foi convidado pela União

[Handwritten signature]

Afuradense a participar no Dia do Pai. A Assembleia foi representada pelo Senhor Presidente. Também foi o Presidente da Assembleia convidado pela Associação de Pais da Escola da Afurada de Baixo a participar na Queima do Judas, também o Presidente esteve presente. A direção do União Afuradense convidou também a Assembleia, através do Senhor Presidente, para a comemoração do Dia da Liberdade, no dia 24 de Abril, onde eu estive presente também. E, da mesma forma, estive presente na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, organizado pela Câmara Municipal de Gaia e pela Assembleia Municipal de Gaia no passado dia 25. Estes foram o expediente e as sessões em que o Presidente participou em representação da Assembleia. Eu agora pergunto às bancadas se querem intervir no **Período Antes da Ordem do Dia**. Dou a palavra então à Deputada Maria Elisa. -----

A Senhora Deputada Maria Elisa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Ora, boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento a todos os presentes. Na página 24 da ata número 12, relativamente à reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Gaia, de 7 de abril de 2026, lê-se que foi deliberado por unanimidade a autorização à cedência gratuita da loja do mercado da Afurada, à junta da mesma freguesia para ser afeta a um projeto no âmbito da recolha de resíduos, mediante a celebração do contrato de comodato, nos termos informados. Perguntamos que projeto é este e em que moldes vai funcionar. Também no âmbito ambiental, gostaríamos de saber se a Junta tem informações sobre o que terá acontecido aos três ecopontos de bio resíduos localizados na Afurada de Baixo, uma vez que estes foram retirados. Qual o benefício que a junta de freguesia vai tirar do fim de semana de 9 e 10 de maio, com o Samba do Porto e a Colorada? Evento esse que pode prejudicar todo o comércio tradicional, restauração e cais da acostagem. Visto que os pescadores nesse fim de semana já estão a trabalhar, estão asseguradas as questões de segurança para as embarcações, redes e aprestos, e que benefícios monetários vai a Junta retirar desse evento? Esses mesmos benefícios, se existir, onde a Junta pretende investir? Este assunto, temos conhecimento que foi prometido à Associação de Pais da Escola da Afurada de Cima, uma grade. Este assunto foi tratado com a Associação também da Pequena Pesca do Cerco? Era isto que gostávamos de saber em relação ao evento, se foi tratado com a Associação da Pequena Pesca do Cerco e também sabemos por fontes seguras da Associação de Pais da Escola da Afurada de Cima que prometeram uma grade e gostávamos de saber se existir realmente algum benefício monetário, se é isso ou se pode, visto que a Escola da Afurada de Cima, a Associação de Pais já foi ajudada nos Magustos, se pode esse dinheiro ir para outras associações. Muito obrigada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, eu não sei se quer responder deputado a deputado ou no final? É o seu direito. Quer responder no final? No final, muito bem. Senhor Deputado Francisco Moreira, faz favor. -----

O Senhor Deputado Francisco Moreira, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito boa noite. Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite, aos membros da Assembleia e respetivo público. Gostaríamos de saber se a nossa freguesia irá participar nos Jogos Juvenis de Gaia. Gostaríamos também de saber a situação relativa aos aprestos, se se encontra regularizada e permita-nos questionar também, quais são os critérios que estão a ser seguidos para autorizar o arrendamento dos aprestos? Queria-



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

lhe também perguntar, Senhor Presidente, qual foi o motivo que deixou de ceder o espaço de cima da Casa do Mar à Associação da União Afuradense? Eu penso que quem saiu prejudicado dessa cedência foi as crianças. Uma outra situação que todos os anos aqui na Afurada e já com o Senhor já no Executivo se presenciou no dia de 25 de abril. Aqui na nossa junta de freguesia fazemos alguns jogos e entre eles algumas brincadeiras que eram saudáveis em termos dos Afuradenses e que este ano não se realizou, não sei qual é a razão para que não fosse feita essa situação. Muito boa noite. Até já. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Obrigado, Senhor Deputado. Chamo a seguir o Senhor Deputado Carlos Duarte. -----

O Senhor Deputado Carlos Duarte, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Então, muito boa noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todos os presentes, Srs. Membros do Executivo, deputados da oposição e restante e respeitável público. Antes de mais, permitam-me um pequeno parêntese, já que, com todo respeito pelas decisões do Senhor Presidente da Assembleia, não tive direito de resposta na última Assembleia, o que compreendo, uma vez que o público não pode voltar a responder. Mas com isso queria só pedir aos membros do Executivo que estivessem realmente atentos às intervenções. Felizmente as Assembleias estão a ser gravadas e pode-se verificar que em momento algum eu acusei o Senhor Presidente de roubo ou de colocar o Senhor falecido Toninho na cadeia. E tão pouco acusei o Tesoureiro de matar ou esfolar. Está registado em ata, o que os senhores disseram, as respostas de vocês dadas sem sentido, uma vez que jamais foi proferido por mim tais acusações. Por outro lado, achei de verdade interessante a intervenção do Senhor Tesoureiro. Veio defender a honra dele, que nunca foi posta em causa. Aliás, como o membro frisou, sendo meu amigo, nunca o iria ofender, com certeza. Mas no que toca às explicações orçamentais, não tem qualquer tipo de comentário. Acho um bocado estranho isto. Mas pronto, vou falar agora outra parte, que é isto que realmente interessa. Nós gostaríamos de saber quando é que o Executivo tenciona que a Junta tenha um site de internet funcional. Consideramos que é de lamentar ter um site ainda com menção de em construção, tendo já passado quase seis meses de mandato. O site deverá ser o canal de comunicação online primordial e lá deve ser possível ver toda a informação de interesse, nomeadamente que serviços dispõe a junta e quais os canais de atendimento, eventos, regulamentos, contratos e protocolos e as atas da Assembleia de Freguesia. A transmissão online destas sessões parecia ser um ponto prioritário para esta Assembleia de Freguesia. Contudo, perante a inércia relativamente ao tema, nomeadamente a necessidade de regulamentação, ao exposto do artigo 10º, nº 1, alínea C da Lei nº 75 de 2013, de 12 de setembro, ou seja, o regime jurídico das autarquias locais, a constituição de um grupo de trabalho, composto por membros das duas bancadas, para a elaboração de um projeto de regulamento para as transmissões online, a ser submetido à CNPD, para parecer, caso se entenda necessário. E, por último, gostava de saber como é do conhecimento público os serviços administrativos que estiveram encerrados no dia de hoje, sabemos que uma das funcionárias está de baixa, outra de estado e uma outra de férias, que penso que retoma amanhã. Gostaríamos de saber como o Executivo pretende resolver esta questão deveras preocupante, ou seja, nós tivemos a junta fechada hoje. Esperemos ser um caso pontual, porque em meio ano já acontecer isto. Esperemos que seja resolvido em breve. Muito obrigado. Até já. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: O



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

Senhor Presidente tinha solicitado para responder agora, às três intervenções. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Bom, muito boa noite a todos. Ao Senhor Presidente da Assembleia, à mesa, aos Srs. Deputados da Assembleia, público aqui presente. Vou então tentar responder, portanto, às questões que foram aqui colocadas por os membros daqui da bancada do Partido Socialista. Começava por a deputada Maria Elisa. A loja do mercado e o projeto, é assim, nós solicitamos uma loja do mercado à Câmara, ainda não a temos porque houve aqui um lapso do número da loja, portanto a Câmara cometeu esse lapso e vai ter que ser ratificado novamente em reunião de Câmara, que visa desenvolver e implementar um projeto com a restauração e com as lojas do mercado, para, portanto, um resíduo específico que se produz bastante neste tipo de atividade, refiro-me às cuvetes do peixe, as caixas de esferovite, em que vamos ter uma empresa a recolher esse tipo de resíduo para acabarmos, Sra. Deputada, com o triste espetáculo durante anos de caixas de esferovite fora dos equipamentos. E, portanto, é esse o objetivo da loja. Era para ser implementado já a partir do dia 1 de maio, temos tudo preparado, falta-nos o espaço, não estava à espera desta situação, deste lapso da Câmara, mas devo dizer que teve uma aceitação muito interessante por parte da restauração e por parte dos lojistas do mercado, vamos ver como é que corre, mas sabe, nós estamos há seis meses aqui e temos feito de tudo para combater aquilo que de facto já era usual ver na Afurada, portanto, e julgo que já passados esses seis meses, começamos a ter, felizmente, uma melhoria a esse nível, que todos ganhamos com isso. Relativamente aos contentores do bio resíduos, sim, foram retirados, porque entendeu a Câmara, as Águas de Gaia, e eu também, já agora, que não fazia muito sentido estarem estes equipamentos para ganhar bichos e não serem utilizados. Aliás, devo dizer que foi um programa não de tostões, mas de alguns milhares de euros, em que o projeto piloto foi, na Afurada e em Canidelo, foi um autêntico fiasco. Mais um da gestão socialista nos últimos 12 anos. Está-se a trabalhar, a Câmara e as Águas estão a trabalhar em alternativas que a seu tempo serão informadas das mesmas. Relativamente à questão do evento que vai ocorrer do dia 9 e do dia 10, eu não sei onde é que andava a Sra. Deputada quando a Junta anterior fez a primeira vez aqui ao lado um evento que me consta, a bancada do Partido Socialista não perguntou quais eram os benefícios que a Junta de Freguesia ia ter. Mas os tempos mudam, mudam-se as vontades e sabe, e nós estamos aqui para responder exatamente a tudo, com transparência e com rigor, que é isso que temos aqui a desenvolver no nosso trabalho. O evento vai ser no Porto de Pesca, dias 9 e 10. O Porto de Pesca não é só da restauração, não é só da pesca, é um espaço que a freguesia tem. Entendemos ser ali, vamos ver como é que vai correr e, portanto, vai ocorrer durante o dia 9 e dia 10. Há um protocolo que está a ser estabelecido, que a senhora Secretária está a tratar, aliás, já foi discutido, julgo que será assinado, portanto, esta semana, em que vai, preto no branco, dizer aquilo que efetivamente compete a quem vai organizar. Já agora, a Comissão de Festas também está envolvida no processo e, portanto, e quem vai, digamos, quem vai organizar, quem compete, as responsabilidades competem à, neste caso, Junta de Freguesia? Da parte da Junta de Freguesia, o que é que vai competir? O licenciamento do espaço, a limpeza no dia 9 e dia 10 de manhã e se pediram os contentores, não é? Portanto, basicamente é isso. É isso que competirá à Junta de Freguesia. No que diz respeito à contrapartida que colocamos nesta iniciativa, sabe, tudo o que temos feito já na Vila Natal, houve uma contrapartida. Tudo o que temos feito



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

tem havido e existido contrapartidas. De outra forma, quero dizer que não se faz. Portanto, e a contrapartida que discutimos e falamos foi a vedação num espaço que os professores da Escola da Afurada de Cima e a Associação da Escola da Afurada de Cima nos pediu, aliás, já nos pediu em campanha eleitoral, julgo que terá pedido também a si, portanto, que esteve lá na escola. E, portanto, nós entendemos, porque não temos capacidades financeiras, temos que ser aqui inteligentes na gestão que fazemos, entendemos desta vez meter isso. Quero dizer que o investimento ronda de material na ordem dos 2.500 euros. Portanto, mais obviamente, a mão de obra que, neste caso, vai ser assumida pela Associação de Pais da Escola da Afurada de Cima. Portanto, vai com esta vedação, vamos criar mais um espaço para as crianças poderem brincar em segurança na Escola da Afurada de Cima Esta é a contrapartida que vai sair desta iniciativa. A próxima, logo se verá qual será a contrapartida. Mas quero dizer que todas estas iniciativas serão sempre alvo de contrapartidas, neste caso para a Junta Freguesia. A questão de depois, falamos se o evento vai salvaguardar as questões de segurança e não sei o quê, vai. O espaço vai ser todo vedado, portanto vai haver segurança privada, vai haver a PSP que também vai colaborar no evento. Está salvaguardado os bens dos pescadores, portanto será sempre uma iniciativa como é as festas de São Pedro. Portanto, eu nunca vi ninguém a pôr em causa questões de segurança dos pescadores quando ocorrem as festas de São Pedro. Portanto, é igual, portanto, neste caso será salvaguardada essas questões de segurança, neste caso, mais uma vez, por parte de quem está envolvido no processo e cabe à Junta garantir, como é óbvio, essas questões de segurança. Portanto, decidimos fazer ali porque entendemos que o tipo de evento que é, não é compatível estar próximo aqui deste aglomerado habitacional. E, portanto, decidimos deslocá-lo para ali, veremos efetivamente o que a experiência que nos dirá e no que diz respeito à questão da associação? Não falamos com a associação porque o Porto de Pesca está afeto à Junta de Freguesia, não está afeto à associação, portanto, e não vejo como, portanto, não vai impactar em nada a questão que tem a ver com a pesca, portanto, não vejo necessidade de falar com a Associação dos Pescadores. Relativamente ao Senhor Francisco Moreira, o Senhor Tesoureiro vai responder no que diz respeito aos jogos juvenis e aos armazéns, aos critérios dos armazéns que é importante e é pertinente a essa pergunta, mas também gostava de ouvir da sua parte que ao fim de seis meses que a Junta e este Executivo fez algo que durante três anos o outro não fez, que foi pôr a pagar efetivamente quem já estava lá há mais de dois anos a custo zero. Eu gostava, ficava-lhe bem que efetivamente dissesse essa nota a este Executivo, mas pronto. Entendo que quer saber e bem os critérios que estão a ser adotados com a ocupação dos armazéns, mas a parte que também é importante, não só, desde logo, para a junta de freguesia, porque entra receita, mas por uma questão de justiça, não é? Não interessa aqui relevar. Eu percebo, portanto, estamos a fazer política pura e dura. Sim, mas é verdade, sabe, portanto, e a verdade é como o azeite. Depois, relativamente ao 25 de Abril, as atividades foram as que nós entendemos fazer, uma sessão solene e uma noite magnífica de fados que tivemos aqui, estão aqui pessoas que participaram e tiveram presentes, julgo que foi uma noite bem agradável aqui neste auditório. É verdade que no passado havia essa tradição, vamos tentar para o ano fazer diferente, e talvez aqui o Senhor Tesoureiro que tem o pelouro do desporto pense numas atividades desportivas, e sim, não vejo mal nenhum nisso. Relativamente à Casa do Mar, e porque é que, efetivamente, não foi autorizado e as crianças... Bom, ainda bem que



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

toca nisso, porque dá-me a oportunidade para esclarecer aqui algumas situações que têm que ver com isso. Nós, Junta, e eu enquanto Presidente de Junta, e enquanto aqui eu estiver, eu não vou admitir, seja a quem for, que destrata a Junta de Freguesia, destrata o seu Presidente da Junta e que nada acontece e está tudo bem e dá um conto e cem. Não, eu não vou admitir isso. O que se passa ali é algo que deveria nos fazer refletir. Deveria nos fazer refletir o que se passa ali naquela associação. E não vou sequer pegar em questões que já foram aqui muito discutidas e muito... Enfim, ainda hoje, por exemplo, tive uma reunião na Câmara com a Sra. Vereadora, nomeadamente que tem as associações, e vai ser estipulado um regulamento, portanto, que entrará em vigor a partir de 2027, idêntico ao regulamento que existe no Porto, na Câmara do Porto, em que nesse regulamento vai haver as regras de que forma é que as associações se podem candidatar a apoios de uma forma transparente e igual para todos. E a minha reação foi saudar a Câmara por isso, porque isso liberta das amarras políticas as associações. Ou seja, para não andarem aqui de chapéu na mão a pedir à Câmara, há um regulamento, as associações sabem o que é que têm que fazer para apresentar os seus pedidos e têm a certeza, e têm a certeza, quer seja afeto ao partido A, seja afeto ao partido B, que vai ser tratado de igual forma. E, portanto, é isto e a minha intervenção nessa reunião foi saudar a Câmara por isso. Precisamente porquê? Porque... Nós sabemos que está intrínseco, inevitavelmente, que esta associação, que nada tem a ver com a associação, tem a ver com os seus dirigentes, que escolheram um caminho, que estão no direito deles de escolherem esse caminho, no sentido de não cooperar e não colaborar com a Junta de Freguesia, não cumprir, não cumprir contratos que estão assinados e de fazer o que querem, como querem e cresce-lhes tempo. Ora, nós não vamos aceitar isso. Eu não estou aqui para abrir e fechar a porta da Junta. Peço desculpa. Peço desculpa. Se era assim no passado, deixou de ser assim agora. Portanto, nós não vamos aceitar este tipo de comportamento. E, portanto, quando a gente tenta de tudo, de tudo, de tudo, para tentarmos chegar aqui a um consenso, a um consenso e quando somos sempre barrados na intransigência e daqui não saio e daqui ninguém me tira, o que é que eu faço? O quê? Que me rio? Que dê palmadinha nas costas a esses dirigentes? Não é tão simples quanto isso. Portanto, isto não tem nada a ver com as crianças. Mais, os pais até se insurgiram, pena é que não lhes contaram a verdade. É porque acho que devemos assumir e contar a verdade aos pais. Não devemos contar só aquilo que nos interessa os pais saberem. E, portanto, insurgiram-se contra esta decisão minha, Presidente da Junta, que assumo. Falei, portanto, com uma mãe, promovi uma reunião, estivemos aqui reunidos, demos uma solução para a resolução do problema, o que me foi dito é que a direção desta associação não aceitou. Pronto. O que é que quer que eu lhe digo? Estamos nisto. Portanto, tudo o que se diz, o que se ouve, é a "mercer". Atenção que tudo o que estou aqui a dizer, provo. Onde quiserem, como quiserem, eu provo. Portanto, Relativamente a isso, o registo vai-se manter enquanto a direção desta associação não perceber qual é o lugar dela. É tão simples quanto isso. Relativamente à questão do Senhor Carlos Duarte, teceu aqui umas considerações no que diz respeito a uma intervenção que veio aqui fazer como público. Hoje, como membro efetivo desta Assembleia, aproveitou para ir atrás. Pronto, eu registo que nós vamos ter a bancada do Partido Socialista neste mandato, que é curta, no sentido de que tem que fazer por a vida, ora vem no público, ora vem agora na Assembleia. Isso está ultrapassado, a Assembleia já foi, não tenho mais nada a apontar. Em relação a isso do site, o site é verdade está em



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

construção ainda não tivemos nem capacidade, nem competência para pôr o site a funcionar, mas vamos pôr, vamos pôr o site a funcionar se Deus quiser, devemos pôr, mas o que é mais relevante quando fala em relação ao site, diz assim, já lá vão seis meses e ainda não conseguiram pôr o site a funcionar. Da mesma forma que disse ao Francisco, também gostava de ouvir aqui você dizer assim, sim, seis meses ainda não chegaram para pôr o site a funcionar, mas seis meses chegaram para requalificar a rua Abílio de Azevedo. Eu gostava de ouvir isso, pois, mas não disse. Eu gostava de ouvir seis meses, chegaram, como já disse ao seu colega, para assinar os contratos de pessoas que estavam há mais de dois anos sem pagar um tostão à junta. Eu gostava que você dissesse isso. Pena é que a gente, pronto, foi buscar o site, eu fico descansado, embora entendo que é uma ferramenta, sob o ponto de vista da comunicação, interessante, mas a esse nível ninguém, nomeadamente os Afuradenses, não se poderão queixar que a Junta não comunica. A Junta comunica, podia até comunicar mais, porque tinha conteúdo para o fazer, mas fica o registo e vamos tratar disso. Relativamente, por fim, aos serviços da... Já agora, a questão da transmissão. Bom, deixe-me só dar nota do seguinte em relação a isso. Eu, isto foi um compromisso até nosso, meu, eu lamento, mas lamento profundamente que ao fim de seis meses não haja aqui um consenso para implementarmos isso. Porque foi muito questionado aqui pela bancada do Partido Socialista, questões regulamentares, questões de proteção de dados e não sei o quê. O Senhor Presidente da Assembleia tem feito um trabalho que pode em relação a isso. Até, segundo eu sei, sugeriu que o público não fosse, por causa de questões de proteção de dados, mas há uma coisa que eu não entendo. Isso eu não entendo, não percebo. É que, como sabe, a Assembleia Municipal, as transmissões das Assembleias Municipais são transmitidas em direto via online. E são transmitidas, creio que não foi a primeira por questões técnicas, mas foi logo a segunda. E o Partido Socialista na Assembleia Municipal não levantou nenhuma questão. Resolveu isso com as bancadas. Mais, a Assembleia Municipal nem sequer tem um regulamento. Nem sequer tem um regulamento. O Presidente da Assembleia Municipal, que me conste, é um ilustre jurista deste país. Não vem mal ao mundo. Mais, o Senhor João Paulo Correia até reclama que na Câmara deviam fazer igual. Chega aqui, é por causa disto, é por causa daquilo, é mais uma vírgula, é mais não sei o quê. Andamos seis meses. Seis meses nisto, lamento. Sabe porquê que eu lamento? Sabe porquê que eu lamento? Porque é um veículo e assim, não desprezando quem está cá a assistir à Assembleia, mas quem estivesse em casa podia assistir a tudo isto. Que é importante para as pessoas estarem informadas daquilo que efetivamente se vai fazendo na freguesia. Mas pronto, mas isso é um problema da Assembleia de Freguesia, não é um problema do Executivo, que eu só registo, é o meu lamento que ainda não esteja essa situação resolvida. Por fim, serviços administrativos e porque a junta esteve encerrada. Nós chegamos há seis meses e encontramos aqui, foi o que herdamos a nível de pessoal. Devo dizer que, sob o ponto de vista do pessoal operacional, que são apenas dois homens, têm feito um trabalho meritório. Nos serviços administrativos, também têm feito, embora reconheço que não estavam preparadas minimamente para uma realidade administrativa a sós, a sós, e mesmo até a pessoa mais experiente, a funcionária mais experiente que temos aqui, 12 anos mudou muita coisa do que era há 12 anos atrás e também teve aqui alguma dificuldade em arrancar. Há dois meses, possivelmente mais, Dois meses e meio, três meses, tínhamos uma funcionária de baixa, portanto, médica. Não podemos fazer nada em relação a isso. Continuamos a



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

trabalhar com as duas que temos. Entretanto, há uma semana, uma semana e meia, fomos confrontados com uma funcionária que tinha, infelizmente, uma cirurgia urgente para fazer amanhã, precisamente, que eu espero que corra tudo bem. E, confrontados com isso, havia outra colega que já tinha férias agendadas, marcadas, no qual teve que antecipar as férias, por causa desta situação emergente e urgente, e hoje dá-se o caso que teve fechado, pelo seguinte, porque a funcionária que teve que antecipar as férias teve só três dias, porque tinha efetivamente coisas já marcadas e assumimos que teria essas férias de três dias, a funcionária que amanhã vai ser alvo desta cirurgia teve que fazer um pré-operatório e que ontem não estava em condições. E para, efetivamente, trabalhar hoje, tendo em conta que a que está de férias já vem amanhã. Portanto, e daí termos decidido, e o motivo é mesmo este, por força maior, de ter decidido encerrar os serviços hoje. Daqui para a frente, vamos trabalhar com uma funcionária e temos que ver de que forma é que podemos resolver, sendo certo que tem que ser cumprida a lei, ou reforçamos ao abrigo de um contrato de prestação de serviços com alguém, estamos a avaliar, portanto, esta situação. Portanto, são situações que ninguém conta, mas que temos que as enfrentar e pronto, e vamos seguramente dar a volta a isso. Mas a razão por a Junta estar encerrada teve a ver com isso e só isso. Vou passar aqui ao Senhor Tesoureiro para responder aqui aos Jogos Juvenis. -----

O Senhor Tesoureiro da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, Srs. Deputados. Boa noite ao público. Vou começar pelos Jogos Juvenis, porque a mim também me magoa. A Junta não vai ter representação nos Jogos Juvenis. Certo. E vou-lhe dizer porquê, porque tentei tudo, estive com o professor Bruno, fui às escolas, disse ao que ia e o que tinha e sabe como já foi tarde, também digo a verdade, já foi um bocadinho tarde e só tive três inscrições possíveis. Os miúdos têm que ser federados, os miúdos têm isto, têm aquilo, vieram-me com mil desculpas, pronto. Mas eu assumo aqui, desde já, foi eu, a culpa é minha, a junta não tem representação, não tínhamos métodos para trabalhar, tentei por outro lado, a ver se conseguia por outros lados, não consegui. Assumo plenamente aqui, na presença de vocês todos, que a culpa é pura, exclusivamente, do Tesoureiro, António Marques, sobre os Jogos Juvenis. Pronto. Sobre os arrumos. Os arrumos, pá, é um caso tão caricato. Eu às vezes... Fico assim um bocadinho a pensar. Vocês trazem sempre, sempre, sempre tudo muito bem estudado. É engraçado é que podiam dizer o que estava bem estudado. Porque vocês sabem que durante três anos eles não pagaram. Fevereiro, março, abril. Há três meses estão a pagar. Há três meses estamos a gastar água e luz, mas é dos contadores da junta que o vosso antigo executivo andou aqui a vender jogo fiado, que tinha que ser, precisa de um papel assim, e tinha que vir um arquiteto dali, e tinha que ser feito não sei quê acolá. Nós em três meses, desde já, peço desculpa, ao Senhor Presidente, quero que fique aqui escrito e em ata, já que já foram anunciadas outras coisas, uma nota de louvor a três pessoas. Ao Senhor Bruno Linhares, ao Senhor Paulo Marques e ao Senhor Florêncio Rebelo, que meteram a luz a funcionar nos armazéns de aprestos, botaram água canalizada nos armazéns dos aprestos. Eles sabem, a bancada sabe, mas fazem de conta que não sabem. Só vêm questionar o resto. Poderiam ter dito isso. Botaram isso em três meses. Toda a gente tem água, toda a gente tem luz. E vocês andaram aqui enganados durante três anos puro e dito. Mas para continuar, ainda mais, a luz é do contador, foi feita canalização para os armazéns que pediram água, tem todos, foi metido tubagem, foi metido torneiras,



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

foi metido mangueiras, não custou um centímo à junta. Não custou um centímo. Eu orgulho-me muito disso. Sabem porquê? Porque foram os senhores que não pagavam há três anos, que pagaram tudo. Tudo. É de louvar. Por isso é que eu deixo essa nota de apreço a essas três pessoas. Está a perceber? É interessante saber. Mas vocês sabem. Mas vocês sabem. Vocês só vêm para aqui pegar nas coisas menos boas. Poderiam pegar também nisso. E dizer isso às pessoas. Está a perceber? Hoje estamos aqui nós. Amanhã podem estar vocês. Isso é orgulho, fazer o trabalho bem feito. Isso é que é dignidade. Sobre a continuação dos armazéns, Senhor Deputado Francisco, a primeira fase está acabada, tem água e luz, todos têm, estão a pagar. Tem três ou quatro assuntos que estão no advogado, para ser seguidos, já não está nas nossas mãos, já não está na mão da Junta, está na mão do advogado. E a segunda fase. Eu ia deixar aqui um pedido, um pedido às pessoas que não venham para aqui, para o hall de entrada, questionar as funcionárias, chatear as funcionárias. Eles têm contratos, as pessoas têm contratos. Os contratos são para se cumprir. Se quiserem meter advogados que botem como a junta, estão no direito deles. Mas é só uma questão de perder tempo e dinheiro. E dinheiro. Fique bem claro isso. Querem saber alguma coisa? Ó pá, podem me dirigir isso a mim, dentro da junta, fora da junta, eu estou aberto a tudo, a tudo, e explico tudo. A segunda fase é a fase, até o seu deputado até foi pedido, também tem armazém, foi pedido, a documentação para regularizar os termos. Estamos agora nessa segunda fase. Não tem licença, vão ter que pagar o que os outros pagam. Isso foi dito aqui já há um tempo. Vão ter que pagar, não têm que vir para aqui ralar com ninguém. Ou assumem aquilo que é, ou então saem fora. São eles que têm que sair fora. Nós não estamos a retirar ninguém dos armazéns. Só estamos é que cumpram as leis, cumpram as normas. Não vão estar lá acomodados a pagar o que não devem pagar. Querem estar lá, têm que pagar aquilo que devem pagar. Senão que saiam eles fora. Isso não é uma questão do Executivo que deve tirar ninguém, como se passa a palavra lá fora, de lá para fora. Nós não estamos a mandar ninguém embora. E se calhar até poderíamos mandar. Mas não estamos. Mas não estamos. Estamos a tentar levar tudo isto a bom porto. Para que as pessoas fiquem confortáveis, para que ninguém se chateie com ninguém. É uma questão de tempo. Está a ser revista a segunda fase sobre isso. Quero aqui só dizer uma coisa, não percebi a intervenção do Senhor Deputado Carlos, era um assunto enterrado para mim, eu como disse, você disse que foi gravado, o que eu disse que você disse foi lá fora, não foi cá dentro, eu depois, em termos de reclamação, de reclamação não, em tempo de educação profunda, disse-o aqui perante a sua pessoa e você disse que eu era seu amigo, hoje já me faz alguma confusão. Mas, vou-lhe ser sincero, o senhor é sócio? Posso-lhe fazer uma pergunta? O senhor é sócio da coletividade? Eu vou-lhe dizer uma coisa. Eu quando disse, eu não disse matar e esfolava, eu quando disse que metia o senhor na cadeia, olha que eu tenho argumentos para isso. Como você está atento às questões da Junta, se é sócio dessa coletividade, peça contas dessa coletividade e reveja aquilo que está bem e que está mal. Era um favor que me fazia. Se é meu amigo era um favor que me fazia. E tem o assunto esclarecido. Agora, pá, em coisas que estavam enterradas, despoletar do nada, não entendo. A sério. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado a todos. Passo agora a palavra à bancada do PSD, ao Senhor Deputado José Pinto. -----

O Senhor Deputado José Pinto, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Boa



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten blue ink marks, possibly initials or a signature, located in the top right corner of the page.

noite. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Geral, cumprimento todos os presentes. Voto de pesar. O grupo parlamentar Gaia Sempre na Frente vem propor à Assembleia de Freguesia de São Pedro da Afurada a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Isolina Ferreira Barbosa, mãe de António Barbosa, antigo tesoureiro da Junta de Freguesia. Neste momento de luto, cumpre assinalar, com respeito e consideração, a perda que atinge António Barbosa e toda a sua família, evocando a ligação que manteve com esta autarquia como autarca. Assim, o Grupo Parlamentar Gaia Sempre na Frente, propõe que sejam expressas sentidas condolências a António Barbosa e à sua família. Mais se propõe que, em caso de aprovação, o presente voto de pesar seja devidamente comunicado à família enlutada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tendo em atenção que isto é um Voto de Pesar, eu passava de imediato a perguntar à Assembleia se aprova este Voto de Pesar? Aprovado por **Unanimidade**. O Executivo também se associa a este voto. Fica registado. Eu proponho então um minuto de silêncio, à semelhança daquilo que se tem feito, um minuto de silêncio pela Sra. Isolina, que era mãe de um antigo tesoureiro da nossa Junta de Freguesia... Muito obrigado. Findo este minuto de silêncio, passo de seguida a palavra ao Senhor Pedro Fernandes. -----

O Senhor Deputado Pedro Fernandes, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Endereço os meus cumprimentos a todos presentes, na pessoa do Presidente da Assembleia de Freguesia. Boa noite a todos. Quero dar os parabéns ao Executivo pelo excelente trabalho feito na Rua Abílio de Azevedo, rua que estava uma desgraça nestes anos todos e também em relação aos mecos, por causa dos carros estacionados, que era uma rua muito problemática. Para além disso, quero dar os parabéns à patrulha da Junta de Freguesia, ao Senhor Menezes e ao Senhor Alberto, porque dois homens conseguiram em seis meses fazer o que dez homens não conseguiram fazer em 12 anos. Com pouco material, eu tenho acompanhado, há muitas críticas em relação ao que se tem feito, ao que não se tem feito, mas é de louvar que em seis meses temos uma freguesia limpa. Em seis meses conseguimos resolver muitas situações de estacionamento, em seis meses temos esta freguesia no mapa novamente. É triste às vezes ver certos comentários porque não fizeram isto, porque não fizeram aquilo, mas são dois homens. Dois homens apenas, numa freguesia pequena, é, mas muito trabalhoso. Nunca vi ninguém a dar os parabéns a esses dois homens. E ao nosso executivo, pela batalha constante em relação aos contentores de lixo, que eu passo diariamente aqui na Rua da Praia e vejo os contentores abarrotados, com esferovite, lixo no chão, é camas, isso. A batalha constante do nosso executivo na resolução do problema em horas. Portanto, esta minha intervenção é dar os parabéns ao nosso Executivo. Boa noite. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Obrigado, Senhor Deputado. Chamo então a intervir a Flávia Remelgado. -----

A Senhora Deputada Flávia Remelgado, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Boa noite a todos. Cumpre-me nesta intervenção destacar um aspeto que considero essencial na atuação de qualquer Executivo local, a proximidade com a população. E nesta matéria é justo reconhecer que essa proximidade não tem sido apenas um conceito abstrato ou um compromisso formal, mas uma prática efetiva e visível no



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signatures and initials in blue ink.

quotidiano da freguesia. Vemo-la desde logo na forma como o Executivo comunica, através de publicações regulares nas redes sociais que não só informam como aproximam e dão gosto ao trabalho desenvolvido. Irei aproveitar a intervenção do deputado Carlos para referir que foi com muito espanto que o nosso grupo parlamentar percebeu que o PS pretendia constituir um grupo de trabalho, até porque, dado o sentido de voto na Assembleia respetiva, mas ficamos bastante surpreendidos. Ficamos também, damos aqui a nossa nota que todos os contributos serão bem-vindos e que de facto, pelo menos em meu nome pessoal, irei dizer que iremos sim aprovar um regulamento que cumpra com todas as condicionantes legais que são exigidas. Mas mais importante do que falar sobre a comunicação é estar presente e essa presença tem-se materializado num esforço claro de centralização no atendimento, levando serviço até às pessoas, facilitando o acesso e reduzindo distâncias físicas e institucionais. Este é, a meu ver, um sinal claro de respeito pelos cidadãos e de compreensão das suas necessidades reais. Por outro lado, importa também sublinhar a preocupação com a qualidade de vida da população, que se reflete em medidas concretas e visíveis no espaço público. Refiro-me designadamente à aposta na limpeza de grafites, contribuindo para uma imagem mais cuidada e digna da freguesia, às ações de deservarização, que reforçam a higiene e o bem-estar urbano, e ainda à iniciativa de recolha de monos integrada no programa Gaia Limpa, que responde de forma prática a um problema recorrente e sentido por todos. São estas pequenas, mas significativas intervenções que fazem a diferença no dia-a-dia das pessoas e que demonstram uma gestão atenta, próxima e orientada para resultados concretos. Longe de se ficar por promessas eleitorais vazias, como infelizmente fomos assistindo noutras fases, este Executivo tem demonstrado uma atuação assente em medidas concretas e resultados palpáveis. Porque no poder local é precisamente isto que se exige, menos distância e mais presença, menos discurso e mais ação e, nesse sentido, aproveito para questionar o Executivo que outras medidas têm pensado para melhorar a qualidade de vida da população, tanto a nível ambiental como de proximidade. Muito obrigada a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Obrigado, Sra. Deputada. Eu, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente para responder, eu vou pedir só dois minutos porque estas pilhas acabam muito depressa e eu tenho de substituir as pilhas daquilo. Obrigado. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou ser breve. Relativamente à intervenção do Pedro Fernandes, tocou aqui em trabalho desenvolvido, que temos vindo a desenvolver, mas deixe-me dar nota do seguinte, concordo com aquilo que diz respeito aos dois funcionários que estão na parte mais operacional, já tinha dito aqui, têm sido inexcedíveis, portanto, temos feito um trabalho muito, muito grande, e sabe, ao fim de seis meses, eu começo a ver, e lido bem com isso, a exigência das pessoas. O que é mais? Eu tenho um episódio, vou contar-lhe muito rapidamente, que foi no seu café. Uma senhora abordou-me, ó, Senhor Presidente, tenho a erva até ao joelho. E a senhora era moradora do bairro dos pescadores. E eu, oh... era pior se tivesse até à testa. Ó Senhor Presidente, não brinque comigo. Não, não estou a brincar. Mas sabe porquê que não tem até à testa? Eu vou lhe dizer. É que em seis meses, portanto, já era para ser na semana passada, não é? Mas esta semana vai chegar lá, nós já fomos lá, já é a segunda vez que vamos à sua porta cortar erva. E por isso é que ela está pelo joelho. Ou seja, esta senhora, que era uma senhora,



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

no passado viveu bem com a erva até à testa. Porquê? Porque iam lá uma vez por ano, nas festas de São Pedro. E, portanto, e agora, e bem, porque viu que a equipa, que os trabalhadores da Junta já andavam novamente no bairro dos Pescadores, abordou o Presidente da Junta. E bem. E, portanto, é prova viva que, de facto, à medida que as pessoas vão respirando uma coisa diferente, vão se tornando mais exigentes. Relativamente à questão da Rua Abílio de Azevedo, foi uma intervenção fabulosa, no qual tenho que agradecer aqui publicamente às Águas de Gaia. Não foi só a repavimentação da rua, foi a substituição de todas as tampas de saneamento e águas pluviais. Aquele troço foi alvo de várias intervenções ao longo dos anos e feito sempre com remendos. E, portanto, agradeço às Águas de Gaia, à pessoa do Poças Martins, que cumpriu o compromisso que fez comigo, que teve comigo no final do ano passado. E, portanto, acho que ficou ali uma obra muito interessante para anos. Embora o problema da rua da Abílio de Azevedo ainda não está totalmente resolvido, mas há de estar. Relativamente à questão dos mecos, aquilo que falou, pronto, é das tais coisas, é um exemplo que é muito interessante de dar, que é chamar um técnico da Câmara ao local, vir tomar um café com o Presidente da Junta e ir lá ao local e explicar no local, o problema. Pronto, foi assim que nasceu aqueles mecos. De que forma é que nós podemos aqui minimizar um problema que toda a gente sabia que existia, toda a gente olhou para o problema, mas nunca tiveram a arte de pôr ali uma solução de forma a combater esse problema. Pronto, foi assim que nasceu aquilo, acho que correu conforme esperado. Houve aqui uma situação, já agora aproveito para dizer, diz respeito àqueles moradores que estacionavam ali, mal, reconheço que as alternativas para estacionar não são as melhores, mas é assim, eu tenho que me desenrascar, não vou estacionar em locais que não posso. Portanto, eu acho que com a alteração da rua Abílio Azevedo para um sentido, vamos resolver esse problema. Já agora dou aqui a informação que só teremos a Rua Abílio de Azevedo a um sentido quando a Rua do Cavaco abrir, que tem data prevista para o final do ano. Portanto, estão os pareceres todos dados. Temos parecer favorável dos Sapadores, da Proteção Civil, da Polícia Municipal, da Junta, de todas as entidades, incluindo a Câmara. A única situação é que, efetivamente, a Câmara, e se calhar, em certa medida, bem, quer aqui uma alternativa, mais uma alternativa à Abílio Azevedo aberta, à cota baixa. Portanto, mas está tudo alinhado para passarmos a Rua Abílio Azevedo a um sentido, no sentido descendente, que vai permitir, que é isso que eu espero, criar uma baía de estacionamento desde o semáforo até aqui abaixo. Portanto, estimo que se possa ter ali entre 30 a 40 lugares de estacionamento, portanto, nessa rua. E é isso que está a ser trabalhado e pensado. No que diz respeito à questão dos contentores e da luta, é verdade, Pedro, era um problema que está melhor, temos tido um combate muito, muito feroz, o problema foi identificado, identificamos o problema, 95% do problema tem a ver com a restauração, estou a ser generoso a dar 5% à população, mas acho que nem 5% da população, é restauração, porque é outro exemplo, as pessoas quando se vêm envolvidos na bandalheira, deixam-se ir. Depois quem vier atrás, que feche a porta. E, portanto, nós falamos com a restauração, olhos nos olhos, enfrentamos, ajudamos a restauração a ter práticas, identificamos situações específicas da restauração e os resultados estão à vista. Há aqui um problema que neste momento está a ser resolvido provisoriamente com apoio de contentores, que é um problema de pressão. Temos que ter mais um malok, no mínimo, aqui e mais um malok ali em frente ao restaurante Vapor, porque exige isso.



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

Portanto, mas estamos melhores, bastante melhores. O projeto dos monos foi de facto revolucionário. Hoje sentimos, não a Afurada só, mas Gaia, a respirar melhor, porque nós estávamos, nós éramos, Gaia nos últimos 12 anos a este nível andou para trás léguas, estava transformada numa cidade de quarto mundo, onde as pessoas não tinham resposta para ter um frigorífico, para levar não sei o quê. Este projeto por exemplo, na Afurada, todos os moradores sabem que às terças e quintas podem agendar, às terças e quintas, a virem a casa, levantarem o que quiserem. Portanto, e de facto foi algo que era preciso ser feito, porque eu não sei como é que os gaienses viveram nesta bandalheira durante estes 12 anos. Eu não consigo perceber, eu não consigo. Aliás, consigo, habituaram-se, infelizmente, a viver assim. Mas agora as coisas estão a melhorar. Relativamente à Flávia, o espaço público, o Gaia Limpa também já falei, a questão da proximidade com a população e não sei o quê, eu acrescentava mais. Eu tinha uma perceção daquilo que não era aquilo que era feito, daquilo que não era feito. Há então a União de Freguesias da Santa Marinha da Afurada, aqui concretamente na Afurada. Tinha alguma perceção nisso. Mas devo-vos dizer que ao fim de seis meses eu fui vendo e fui percebendo a dinâmica que estava aqui instituída enquanto União e devo-vos dizer hoje, posso dizer o seguinte, muita coisa que temos feito aqui muita, mas são muitas, estava aqui até amanhã de manhã a elencar, apenas tem a ver com o seguinte, com trabalho, com dedicação, com envolvimento. Foi tudo o que não existiu nos últimos 12 anos aqui na Afurada, enquanto União de Santa Marinha e São Pedro da Afurada. Foi envolvimento, foi trabalho, que tenho a certeza absoluta, muita coisa que nós já conseguimos fazer, se existisse isso, era feito. Se não foi feito, é porque não houve trabalho, é porque não houve envolvimento, é porque estavam aqui tipo q.b.. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado. Depois das respostas do Presidente, não sei se alguém mais quer intervir? Senhor Carlos Duarte. Breve, está bem, que é para avançarmos. -----

O Senhor Deputado Carlos Duarte, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Obrigado. Ora bem, venho só assumir o meu lapso, que foi mesmo por esquecimento que não falei na Rua Abílio Azevedo, que realmente foi um bom trabalho feito pelo Executivo, e como não estou aqui para criticar, mas sim para querer que a Afurada esteja sempre melhor, venho sim dar os parabéns ao Executivo pelo trabalho que fez. Embora, como o Senhor Presidente diz, minimizou o trabalho não está concluído. Portanto, a rua foi arranjada, tudo muito bem, mas falta a segunda parte, que é passar um sentido, como ele acabou de referir. Por outro lado, registo com muito agrado que a Deputada Flávia esteja atenta e conseguiu perceber o meu ponto de vista. Portanto, nós não estamos contra a gravação. Nós queremos a gravação, mas queremos é um regulamento e queremos que seja aplicável e que não seja violado nenhuma lei. Portanto, só isso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Essa situação da gravação e da transmissão, acho que já correu demasiada tinta. Portanto, o regulamento está a ser feito. A bancada do PS votou contra a transmissão. Automaticamente, ao votar contra a transmissão, também é contra o regulamento. Não permite a transmissão. Assim sendo, foi assumido que iríamos tratar do regulamento. Se quiserem dar inputs, se quiserem dar sugestões, se quiserem sugerir em alguma situação que haja premente, nós estamos abertos. A situação do regulamento está a ser tratada e em devido tempo vai ser trazida à Assembleia para nova votação. Obrigado. Senhor

Handwritten signature in blue ink.

Francisco Moreira, faça favor. -----

O Senhor Deputado Francisco Moreira, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mais uma vez, boa noite. É o seguinte, eu acho que fui mal interpretado na situação dos aprestos, porque é assim, quem trouxe... foi este executivo a dívida dos aprestos, que eram os 7 mil euros. Eu, há 12 anos a esta parte, eu nunca fiz parte do executivo de nenhum. Nem sabia qual era o débito que os aprestos tinham perante a junta. A minha questão é que foram os senhores que levantaram, que havia um débito, sim senhor, e muito bem que chegaram a esse ponto, e em saber que havia essa dívida. A questão é eu saber como é que está a situação agora. Mais nada do que isso. Acho que não sei porque é que fui mal interpretado numa situação de dar ao Paulo, ao Bruno e ao Florêncio. Levantam às vezes questões que não têm fundamento, acho eu. É só essa questão que eu queria saber qual era a posição, como é que estava a dívida agora dos projetos. Mais nada, é só o que eu quero saber. Acho que tenho esse direito de saber, mais nada. Muito boa noite. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, para responder, mas por favor, sucinto. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Bom, então vou ser mais direto, se calhar como aquilo que o Senhor Tesoureiro foi. É assim, nós herdamos uma dívida, de 7 mil e poucos euros dos armazéns. Dívida essa que foi cerca de 70% já recuperada. Temos duas ou três situações, duas delas julgo que o Senhor Tesoureiro está a tratar e que tenho a crer que se vai resolver a bem. Há uma que vai ter uma ação de despejo. É a situação que, por sinal, é um que sabe, teve um armazém, assinou um contrato há 5 anos, nunca pagou um euro à junta. Portanto, tentamos chegar a um entendimento, propôs um acordo, nunca se chegou à frente, não é? Porque uma coisa é a gente propor, outra coisa é executar, não é? Pronto, pá, e eu já despachei, está entregue aos serviços jurídicos, portanto, está a decorrer uma ação, portanto, de despejo. Mas, para além da dívida dos 7 mil e tal euros, o que eu referi, nomeadamente nestes armazéns que estão, que foram a última tranche a ser construída, nós pudemos, e aí o Senhor Tesoureiro respondeu e bem, meter essa malta a pagar quando estavam lá há dois anos e meio, quase três anos, sem pagar um centimo. Portanto, é isso. Quanto ao resto, portanto, os armazéns estamos agora a trabalhar para ver o que é que a nível de disponibilidade é que há mais. Portanto, é um processo que está em curso. Mas a realidade é esta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mais alguém quer intervir? Não. Muito bem, sendo assim, fechamos aqui o período antes da ordem do dia. Vamos abrir o **Período da Ordem do Dia**. Portanto, neste Período da Ordem do Dia, segundo o edital, temos o **Ponto 3.1**, que é a **Discussão e aprovação das atas das sessões anteriores**. Portanto, as sessões referem-se às reuniões de 30 de dezembro e 23 de janeiro. As atas vão ser votadas em separado, porque há elementos nas bancadas, uns estiveram presentes e outros não estiveram presentes. Portanto, assim sendo, eu vou colocar à discussão, primeiro, se alguém quiser intervir, a ata relativa à reunião da 30 de dezembro, onde o Senhor José Pinto e o Senhor Carlos Duarte, obviamente, não podem votar. Alguém quer intervir sobre esta ata? Ninguém? Portanto, assim sendo, eu coloco de imediato a votação. Quem vota a favor? Foi aprovada por **Unanimidade**, com 7 votos. Passamos então à ata de 23 de janeiro, onde os deputados Pedro Fernandes, Francisco Moreira e Carlos Duarte, obviamente, não podem votar. Alguém quer intervir? Não? Passamos de imediato a votação. Quem vota a favor?



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature in blue ink]

Portanto, foi aprovada por **Unanimidade**, com 6 votos. Assim sendo, ambas as atas foram aprovadas. Passamos ao **Ponto 3.2, Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas, ano 2025, novembro e dezembro, conforme alínea B do número 1 do artigo 9 da lei 75 de 2013, de 12 de setembro**. Eu dou a palavra ao Executivo para a apresentação do documento. Senhor Presidente, tem neste momento 20 minutos para fazer a apresentação. Eu pedia-lhe o favor de ser o mais sucinto possível, porque a sessão terá de acabar à meia-noite, ainda temos muita discussão pela frente, está bem? -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mais rápido seria impossível. Portanto, o documento foi enviado a todos os Srs. deputados. Estarei à disposição para esclarecer alguma questão, alguma dúvida que queiram levantar. Muito obrigado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Isto foi muito sucinto! Chamo então a Deputada Maria Elisa. -----

A Senhora Deputada Maria Elisa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Ora bem, relativamente à análise da prestação de contas apresentadas, começamos pela própria caracterização que o executivo faz na sua execução orçamental. Pode ler-se na página 4 do relatório da gestão que a execução orçamental da autarquia em 2025 evidencia um nível de realização moderado, face às previsões iniciais. Tanto do lado da receita como do lado da despesa, é importante sublinhar, moderado não é bom e muito menos é excelente. É a própria Junta que reconhece, por escrito, que ficou aquém do que previu. Ainda na página 4, relativamente ao diferencial negativo da receita, lê-se que este desvio reflete principalmente os atrasos nas transferências de fundos por parte do município. Ora, tanto quanto sabemos, houve inclusive transferências antecipadas de verbas, por isso importa esclarecer a que fundos concretamente se refere o executivo, que transferências sofreram atraso, em que montante e em que data, porque uma afirmação desta natureza exige rigor e transparência. No mesmo ponto, quando há o diferencial negativo das despesas, o relatório refere que este nível de execução revela alguma contenção, devido especialmente ao menor volume da receita arrecadada. Aqui a questão é simples. Afinal, gastou-se menos porque não havia disponibilidade financeira ou gastou-se menos porque a receita ficou abaixo do previsto? São realidades distintas e convém ao Executivo clarificar qual delas corresponde à verdade. Na página 5, o próprio relatório reconhece ser recomendável uma análise mais detalhada das causas dos desvios, com vista a melhorar a precisão das previsões e a eficiência da execução em exercícios futuros. Concordamos. Aliás, essa recomendação reforça precisamente aquilo que nos parece que aconteceu. Houve falhas de previsão, falhas de planeamento e uma execução manifestamente insuficiente. Depois, há números que falam por si. Na página 10 lê-se que a totalidade da despesa executada foi despesa corrente, uma vez que a autarquia, neste período inicial, não realizou qualquer tipo de investimento, despesa de capital. E perguntamos, a título de exemplo, a intervenção da remoção ou pintura de grafites que foi publicada nas redes sociais, em que rubrica foi enquadrada? Porque se houve intervenção no espaço público, importa saber como foi contabilizada. Mais preocupante ainda, 91,5% da despesa corresponde a despesas com pessoal, ou seja, quase tudo o que se gastou foi absorvido pela estrutura interna, sobrando uma margem residual para responder às necessidades da população. Dito de forma simples, e permitam-nos a franqueza, nos 61 dias em análise, a Junta funcionou essencialmente para pagar salários

e muito pouco para produzir impacto direto na vida dos Afuradenses. Na página 11, há até uma incoerência que parece esclarecimento na tabela referente. A despesa com o plano de atividades surge 2%, mas no texto imediatamente a seguir, refere-se 0%. Qual é, afinal, o valor correto? Seja como for, os números são elucidativos. Em 61 dias, a média da despesa diária do plano de atividades ronda os 8 euros por dia. 8 euros! Recordamos que, logo nas primeiras páginas, o Executivo assume como prioridade acompanhar e apoiar todos os Afuradenses. Com franqueza, não conseguimos perceber como se alinham estas palavras com os números apresentados. Aliás, nas páginas 11 e 12, o próprio relatório admite que a quase totalidade dos recursos é absorvida pela estrutura humana da freguesia, restando uma margem mínima para a prestação direta dos serviços à comunidade ou investimento de infraestruturas. Perante isto, fazemos uma pergunta clara e objetiva. Como é possível justificar mais um vencimento a pagar? Como decidiu o Senhor Presidente, por despacho datado de 19 de janeiro de 2026, vamos ainda mais longe e colocamos a pergunta nos seguintes moldes. Está o Senhor Presidente da Junta disposto a abdicar do seu meio tempo e ceder esta verba ao membro do Executivo que entende de dever ser renumerado? No caso da Sra. Secretária. Porque é fácil defender mais despesas com cargos políticos, quando é o orçamento público que suporta a decisão. Mas quanto a este tema trataremos mais à frente na discussão do ponto 3.5. E sobre investimento, os factos são ainda mais claros. No plano plurianual de investimento de 2025, verifica-se que não foi executado um único euro nas áreas de intervenção anunciadas como prioritárias. Repito, no total de 1.550 euros previstos em investimento, foram executados exatamente zero euros. Nenhum investimento, nenhuma concretização, nenhuma execução. Há ainda modificações orçamentais que exigem esclarecimento. Na página 58 e seguintes do PDF, vemos que o Executivo fez e não explicou. Na rubrica 01.02.05, abono para falhas, o valor mais do que duplica. O que justifica este aumento? Na rubrica 0.1, 0.2, 0.1, 0.2.14, a dotação aumenta seis vezes a que corresponde esta despesa? Na rubrica 02.01.07 o valor mais de que quadruplica. Porquê? Na rubrica 02.02.03 verifica-se igualmente um aumento superior a 4 vezes. Com que fundamento? Na rubrica 02.02.18 passa-se de 10 euros para 210 euros. Que despesa concreta está aqui refletida? Por outro lado, verifica-se uma série de diminuições e anulações em diversas rubricas, incluindo em áreas proclamadas como prioritárias, que gostaríamos de ver clarificadas. E, mais uma vez, como se pode ver na página 45 do PDF, nas despesas de capital estavam previstos 1.560 euros de investimento. Resultado final, zero euros executados. Importa ainda apontar que na página 75 do PDF, no mapa das transferências e subsídios concedidos, surge uma transferência de 400 euros à empresa Brindes e Companhia, no âmbito de um protocolo com a PSP. Queremos saber concretamente a que se reporta esta despesa? Que protocolo é este? Qual o objetivo? Qual o benefício para a nossa freguesia? Finalmente, na página 89, constam moradas completas dos membros do Executivo. Além de desnecessários, isto suscita sérias reservas ao nível da proteção de dados pessoais, nomeadamente quanto ao princípio da minimização dos dados. Recomendamos que esta prática não volte a repetir-se em documentação futura, sendo suprimidos todos os dados pessoais que não sejam extremamente necessários. Obrigada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Obrigada, Sra. Deputada. Senhor Presidente, quer responder já? -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Bom, Sra.



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

Deputada Maria Elisa, eu vou tentar responder, são várias questões. Se às vezes não responder a alguma coisa, tenha a liberdade por favor, de me voltar a perguntar, porque vou tentar. Bom, mas a primeira coisa que eu daria nota da sua intervenção é que, passados seis meses de chegarmos aqui, é o momento da deputada Maria Elisa, mais do que vir ler um documento muito bem feito, muito bem estruturado, devo dizer, É o momento também de, enquanto partido responsável, que deve ser na oposição, de apresentar propostas. Propostas. Portanto, vir aqui, devagar, falar, falar, falar, e chegamos ao fim, temos duas mãos cheias de nada, este é o momento de se chegar à frente. De se chegar à frente com propostas. Olhe, propostas ao nível da receita, o que é que a Maria Elisa, se estivesse aqui no meu lugar, o que é que faria para... Não, peço desculpa, tem que vir, tem que vir. Não chega só a ler discursos redondos, bem feitos. Não chega. Não, não, em política não é assim. Não, peço desculpa. Peço desculpa, em política não é assim. Tem que se chegar à frente, tem que dizer, se eu fosse Presidente da Junta, que esteve quase, mas não foi, eu, tendo em conta este documento, que é um documento que espelha dois meses de exercício, se a intervenção com o devido respeito, num exercício de dois meses foi esta, bom, daqui a um ano, se Deus quiser, é uma coisa... Portanto, o que será a sua intervenção daqui a um ano. Mas este exercício reflete dois meses. Dois meses em que quem, eu acho que pronto, aí admito que está nisto pela primeira vez, não tem essa noção, mas quem tem a noção do que é um pós período eleitoral e pior ainda um pós mudança de um ciclo político, facilmente se percebe e entende que coisas há que não é possível se fazer em dois meses e quando se diz aqui que efetivamente o exercício que nós fizemos e que a previsão que nós fizemos, que temos que fazer uma previsão, não houve tempo necessário para que a Câmara pudesse cumprir com aquilo que efetivamente teria que cumprir numa situação normal. Aliás, eu faço-lhe lembrar à Sra. Deputada que no que diz respeito ao protocolo da delegação de competências, que espero que amanhã o Senhor Presidente feche finalmente isso, nós ainda estamos a receber mensalmente o miserável valor que foi feito pela dita Comissão da Desunião, não foi por este executivo, de 2.400 euros por mês, o que manifestamente é incomportável. Por exemplo, há freguesias que se desagregaram como Sermonde, é mais pequena que nós, mas que a desunião foi mais generosa, recebe o dobro, está a receber o dobro do que a Afurada recebe. Mas não foi este executivo que fez isso. Foi a desunião, olhe, o seu camarada Francisco Fonseca esteve nessa comissão da desunião. Portanto, ele saberá aquilo que ele fez. Tem que lhe perguntar o que é que ele fez. E, portanto, e estas situações demoram. E por isso é que nós dizemos que durante os dois meses o município não cumpriu. Já agora, há um valor que efetivamente, como diz e bem, foi um reforço e que nós estávamos a contar com esse reforço, a pagar até 31 de dezembro, nomeadamente a Câmara, e que foi de 9 mil euros, mas que só pagou em 2026. Ora, se pagou em 26, não entra nas contas, mas nós estávamos a contar com aquela verba. Mas vai entrar nas contas de 26. Relativamente à questão que fala dos salários, do peso dos salários, é verdade. É verdade. Não me escondo, os documentos falam. Foi o que herdamos. Foi o que herdamos. Não podemos fazer nada. Temos que assumir os compromissos que temos. Até à data estão assumidos. Até à data estão assumidos. Portanto, não podemos fazer nada, não podemos mandar as pessoas embora, não podemos, é o que é. Portanto, mas é de facto um peso, o maior peso que a Junta da Freguesia tem. Mais ainda do que tinha em 2013. Mas foi o que herdamos. Também aí não é responsabilidade deste Executivo. A questão do meio-



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

tempo, eu deixo isso para o ponto seguinte de intervir. Mas não deixo de responder relativamente ao meu meio-tempo. Portanto, a Sra. Deputada diz, bom, mas o Senhor Presidente estaria na condição de abdicar do seu meio-tempo? Era só o que faltava. Era só o que faltava. Já agora, o meu meio-tempo sai do Orçamento de Estado. Nem sai do orçamento da Junta. É pago pelo orçamento do Estado. Era só o que faltava. Mas eu devolvo-lhe a pergunta. Se fosse você que estivesse aqui, você abdicava do seu meio tempo? Está-me a ouvir, Maria Elisa? Se fosse você que estivesse aqui, no meu lugar, você abdicava do meio tempo? Ah, então, mas se calhar não é sim. Se calhar não é sim. Pronto, se calhar não é sim. Mas, olhe, eu não abdicó. Sabe porquê? Porque é um direito que eu tenho. Estou em regime de meio tempo de não permanência. Mas sabe, eu trabalho e tenho um regime de não permanência numa empresa pública e todos os dias entro às sete da manhã para sair às treze e trinta para todos os dias estar aqui às quatorze e trinta na Junta de Freguesia. E por isso é que eu não abdicó. E o trabalho falará por si. Falará por si. Mas eu gostava que você dissesse se abdicaria, se estivesse aqui e se abdicava desse meu tempo. Relativamente aos brindes e companhias, que protocolo é este? Foi mais uma herança, sabe? É um multibanco que temos ali na Polícia, em que há um protocolo que a Junta Freguesia anualmente tem que pagar esta quantia em brindes, ainda para mais em brindes. Portanto, é assim que está o protocolo. Se quiser, eu posso fazer chegar o protocolo. Portanto, é mais uma herança do passado. Portanto, mas refere-se ao multibanco que está ali na polícia. É uma contrapartida que a Junta entendeu dar à polícia por aquilo que está ali na PSP. Tentamos abolir no que diz respeito ao Santander, não conseguimos. Bom, e pronto, é o que é. Temos que honrar os protocolos. Relativamente, há aqui uma rubrica de 200 euros que tem a ver com a questão, neste caso foi com a ProSegur, porque houve uma câmara que, neste caso aqui esta, que estava avariada e, portanto, tivemos que fazer, portanto, comprar uma câmara e mais umas coisas, portanto, tem a ver com a ProSegur. Nas atividades, sim, é verdade, 8 euros e tal por dia fez bem as contas, é verdade, só conseguimos isso, investimento zero, mas muito trabalho, muito trabalho. E muitas das vezes o trabalho não é só dar dinheiro, não é só investir, muito trabalho se fez nestes dois meses, mas mesmo muito, muito trabalho. Por fim, Eu gostaria também que a Sra. Deputada Maria Elisa, para além das propostas que eu quero que me informe, que me diga quais eram as propostas, por exemplo, se estivesse aqui para rapidamente obter receita? Quais seriam as propostas? E vou aguardar a resposta e depois eu digo quais são as propostas que nós temos. Mas, no que diz respeito à receita, quando, e é um ponto que nós temos só armazéns, fizemos o que pudemos, fizemos o nosso trabalho, temos os atestados, casa mortuária e temos o bar da Casa do Mar. Portanto, a junta de receita própria não tem mais nada. Ok? É isto. E eu gostava que faça um apelo para a União Afuradense ajudar a Junta e que aceite a proposta do Senhor Presidente da Assembleia de pagar 100 euros, que paga atualmente pelo bar da Casa do Mar, e passe a pagar 600 euros. Está a ver? Era uma ajuda para as contas da Junta. Você que está lá e que faz parte dessa associação, faça esse apelo. Ajude a Junta de Freguesia. Porque sabe, foi exatamente isso que quando aqui cheguei pedi a essa associação e que até hoje bola.

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado. Chamo então a Ana Brito para intervir. -----

A Senhora Deputada Ana Brito, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimento o



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

Executivo, os meus caríssimos colegas deputados e todos aqueles que saíram de casa para hoje estarem cá presentes. Após a análise da conta de gerência apresentada, verifica-se que uma parte significativa da despesa da freguesia está concentrada nas rubricas de despesa com pessoal e encargos de funcionamento. Compreendendo que estas componentes são, em grande medida, estruturais e necessárias ao normal funcionamento dos serviços prestados à população, importa ainda assim questionar e refletir sobre a sustentabilidade financeira da freguesia a médio e longo prazo. Neste sentido, eu gostaria de colocar a seguinte questão ao Executivo. Que medidas têm sido adotadas ou estão previstas para reforçar a capacidade de geração de receita da freguesia? Mais concretamente, existem iniciativas em curso para a captação de financiamento externo, nomeadamente através de candidaturas a fundos comunitários ou programas nacionais? Está a ser ponderada a dinamização de património ou recursos da freguesia com vista à obtenção de receitas próprias? Até porque, por exemplo, o doutor Menezes falou recentemente da construção de parques de estacionamento aqui na freguesia, portanto, só uma ideia, eventualmente. Que estratégias estão a ser desenvolvidas para reduzir a dependência das transferências correntes? Julgo que esta é uma matéria essencial para garantir não só o equilíbrio das contas, mas também a capacidade da freguesia responder às necessidades da população. Obrigada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito bem, O Senhor Presidente quer responder? -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Queria ainda responder à Senhora Deputada Maria Elisa e que tem a ver com as tintas com que andamos a remover os grafitis e que tinha que saber como é que é, quem é que pagou e não sei o quê. Olhe, a mão de obra, quem pagou foi a junta com o pessoal da junta, porque foram eles que fizeram a repintura dos grafites. As tintas foi o Paulo Lopes que deixou aqui, estavam guardadas no armazém e, portanto, as tintas foi ele que deixou, creio que foi o que sobrou da capela mortuária. Portanto, está a ver, ele não teve a arte nem o engenho de fazer, aquilo que eu fiz passado dois dias de chegar à Junta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito bem, Sra. Deputada Maria Elisa, faz favor. -----

A Senhora Deputada Maria Elisa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Ora, muito bem. Eu acho muito feio, cada vez que eu venho falar, o Executivo, algum dos membros do Executivo está cheio de sono. Portanto, isto é uma falta de educação perante o público. Se uns podem dizer umas coisas, eu também posso dizer outras. O que está aqui em causa são as contas apresentadas por vocês e não por mim. Neste momento, não sou eu o Presidente. Portanto, não tenho sequer que justificar nada. Andou a divagar sobre vários temas e não justifica as falhas nas contas. Existem várias incongruências no relatório, e não queremos que ande sempre a falar do passado e na herança. Até porque, como o Senhor Presidente diz, é uma cassete muito gasta, que está sempre a dizer isso. Não vou entrar no campo das propostas, pois foi para isso que o Senhor Presidente foi eleito. Quando, por debates, propostas e se tiver a coragem de pedir ajuda, e eu digo isto na sua parte egocêntrica e por pensar que é dono da razão, peça ajuda e peça propostas, estamos cá para ajudar. A questão de eu abdicar de meio tempo não deve colocar tão pouco, pois a Junta não deve governar com especulações. Muito obrigada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

Muito obrigado, Sra. Deputada. Senhor Presidente, para responder. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Bom, eu tentei, mas fiquei sozinho, a falar sozinho, porque, mas era isto que vocês, que o público que está aqui a assistir viu, poderia estar aqui hoje no meu lugar. O que manifestamente leva-me a dizer que quando as pessoas se envolvem neste tipo de coisas, têm que saber onde é que estão inseridas e de que forma é que poderão ajudar neste sentido de que, enfim, Sra. Deputada Maria Elisa, é assim, eu egocêntrico? Mas haverá mais egocêntrica que a deputada Maria Elisa da Afurada? Eu egocêntrico? Você acaba de me chamar egocêntrico? Pelo amor de Deus. A Afurada sabe quem é Maria Elisa. Não preciso dizer. Há mais egocêntrica que você? Não há. Seguramente que não há. Porque em todos os projetos que você tem feito parte na freguesia é o que é. É egocêntrica. É o centro das atenções, gosta de ser até o centro das atenções, e pronto, e é o seu registo. Mas não tenho nada contra, cada qual faz o registo que quiser. Agora, chamar-me egocêntrico, por amor de Deus, relativamente ao meio tempo, não responde, e até não percebi agora se governa por especulação? A minha pergunta foi clara. Eu disse o que é que faria, o que é que eu faço, o que é que eu fiz, estando eu aqui, e perguntei-lhe o que é que você faria se você estivesse aqui? E você não responde. Pois não. Sabe porquê? Porque se você estivesse aqui, você estava não a meio tempo, se calhar estava a tempo inteiro. Percebe o que eu estou a dizer? Mas são opções, são opções. Portanto, vir para aqui discutir meio tempo, deixar meio tempo, isto não tem, para mim, não tem relevância. O que tem relevância é o trabalho que se desenvolve. Esse, sim, tem muita relevância. E já agora, compare o trabalho que o Presidente da Junta atual tem feito e o trabalho que a Vogal anterior, que esteve aqui, fez. Com uma diferença. É que ganhava mais que eu. Portanto, É uma pequena diferença, mas é o que é. Portanto, é só comparar. Portanto, relativamente às propostas, eu também, sinceramente, eu não esperava, pronto, mas tentei, não esperava que me dissesse uma sequer. Uma. Porque vir aqui falar com documentos escritos é muito bonito. É muito bonito. Muito bonito. E portanto, e toda a gente faz isso, escrevo um documento, faz favor, vá ler. Toda a gente faz isso. Portanto, agora vir aqui apontar caminhos para obtermos receita, não vem porque tem dificuldade, mas eu vou dizer o que é que nós fizemos nesse sentido até hoje. Balneários do mercado e balneários da Afurada de Cima, que é um compromisso meu em abrir os balneários da Afurada de Cima, a Câmara vai passar essa competência para a Junta de Freguesia e vai atribuir uma verba de 30 mil euros por ano à Junta de Freguesia por isso. O Polidesportivo vamos discutir já a seguir. Estamos a trabalhar num posto de combustível para o Porto de Pesca, que contamos ter uma receita generosa no futuro desse mesmo posto de combustível. E parque de estacionamento, está o Senhor Presidente a trabalhar na criação de parque de estacionamento, de forma a fechar, que também é um compromisso nosso, e pôr as pessoas a pagar e a receita, parte dessa receita poder vir para a junta freguesia. Estamos a trabalhar noutros projetos, nos quais não estou ainda em condições de poder revelar, porque está a ser tratado ao mais alto nível. Portanto, e a seu tempo, se se concretizar, virei a esta Assembleia informar dos mesmos. Portanto, e é isto que nós estamos, que já fizemos, mas que... alguns ainda não estão concretizados, mas, mais uma vez, é preciso tempo, não é de um dia para o outro. Por fim, no que diz respeito também à receita, no protocolo de delegação de competências, que agora é muito específico, muito específico, temos a expectativa, temos a expectativa de duplicar no mínimo os 2.400 euros/mês que



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

a Câmara está a dar neste momento à freguesia. Portanto, creio que amanhã o Senhor Presidente vai fechar, portanto, esse dossier, porque agora o protocolo de delegação de competências é muito, decorre da lei, decorre do metro quadrado de jardim, decorre da sala de aula, decorre da berma, é muito técnico. E daí é que efetivamente chega-se a um valor. Portanto, temos essa expectativa, trabalhamos para isso, em duplicar esse valor. Portanto, tendo isto concretizado, polidesportivo, balneários e este acréscimo deste protocolo, a situação económico-financeira da Junta de Freguesia tende a ser uma situação normal e equilibrada. Mas nós queremos mais, porque queremos investir. Sabe, eu não voltei para a Junta de Freguesia, ou não queria, ou não era essa a minha ideia, para voltar a contar tostões. Eu quero fazer obra. Eu quero ficar na história da minha terra. E estou a trabalhar, estamos a trabalhar para isso mesmo. Agora, as coisas requerem o seu tempo. Umas estão mais aceleradas, outras já podiam estar concretizadas. Mas é o que é. Nós não nos queixamos, temos dado minimamente os mínimos. Quais são os mínimos? É honrar os nossos compromissos, nomeadamente salários, água, luz, seguros, impostos. E posso dizer a toda esta Assembleia que ao dia de hoje temos isso tudo em dia. Ainda tivemos um percalço, já agora aproveito a talho de foice que ainda tivemos que levar com uma fuga de água nos armazéns e com uma conta de água de 1.600 euros que está aqui espelhado também neste documento. Mas pronto, são coisas... Enfim, as águas de Gaia ainda assim tiraram a taxa de saneamento e a taxa de resíduos, mas tivemos que pagar a água. Aliás, estamos a pagar, temos um acordo, como estamos também a pagar a dívida da ADSE que nos deixaram, nomeadamente 250 euros por mês. É assim. Mas, como vê, leva daqui algumas propostas para na próxima Assembleia poder vir aqui, portanto, perguntar se efetivamente já estão concretizadas ou não. Relativamente à Ana João, medidas de receitas já fiz, portanto, são estas que fiz. Os fundos comunitários, sim, temos muita expectativa. Hoje foi público, está publicado o PRT, que vem muito dinheiro. Nós gostávamos, e eu pessoalmente até gostava muito, de nos alavancar para um projeto ligado à eficiência energética, nomeadamente ao nível de painéis solares e já não estou a trabalhar para mim, já estou a trabalhar para quem vier no futuro, porque é o futuro, e nós temos aqui condições magníficas para isso, temos esta cobertura, temos os armazéns, temos mesmo até a capela mortuária, o que nos permite não só baixar drasticamente o custo da fatura que pagamos, e o que pagamos ainda é significativo, nomeadamente a dos armazéns de aprestos, e portanto estou muito esperançado, estou agora a rever isto que saiu agora, no sentido de nos alavancar para um projeto dessa natureza a nível de fundos comunitários. Depois também estamos a trabalhar com a APDL e com a Associação dos Pescadores, a modernização que também está ao abrigo deste programa, de todo o Porto de Pesca, com a ampliação do mesmo. E, portanto, temos trabalhado intensamente. A Associação dos Pescadores também está a trabalhar connosco, portanto, nesse sentido. Mas sim, temos que estar atentos a esses tipos de projetos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto se mais alguém quer intervir neste ponto? Não? Assim sendo, eu vou colocar a votação. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, foi o documento aprovado por maioria com o seguinte resultado: PSD 5 votos a favor, CDS 1 voto a favor, PS 3 votos contra. Passemos então à discussão do **Ponto 3.3, apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais, conforme alínea B do número 1 do artigo 9 da Lei de 75 de 2013, 12 de setembro.**



Portanto, eu pergunto ao Executivo se quer fazer alguma apresentação? Não querendo, dou a palavra às bancadas se quiserem intervir. Não há intervenções. Isto não há votação, portanto isto é só para apreciação, não havendo intervenções nem observações, declaro que a **Assembleia tomou conhecimento e apreciou o inventário, não havendo observações de nenhuma parte das bancadas**. Passemos então de imediato ao **Ponto 3.4, autorização para a celebração do contrato de concessão do direito de exploração do Polidesportivo da Afurada**. Dou a palavra ao Executivo se quiser intervir. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, eu fiz questão de trazer este ponto à Assembleia, não que seja obrigado, mas para também, mais uma vez, sentir o pulso da Assembleia relativamente a esta questão. E só por essa razão é que trago aqui este ponto. O Polidesportivo da Afurada, em que assinamos, assinei o contrato no dia 14 de abril, vejam bem, porque nós despoletamos logo o processo, depois teve que ir à reunião de câmara, teve que ir à Assembleia Municipal, depois teve que ir não sei o quê, é assim. Portanto, estamos em abril, só foi no dia 14 de abril que assinei o contrato de comodato, ou seja que passou o Polidesportivo para a posse da Junta de Freguesia. Entretanto, ainda assim, a aguardar pela formalidade, fomos trabalhar. E fomos, desde logo, verificar as condições em que se encontra o equipamento, estando ele fechado há sensivelmente 5 ou 6 anos. E, portanto, deparamos lá com o seguinte. Os balneários até nem estão muito mal, portanto, facilmente uma pinturazita e uma reparação lá, uma outra coisa, portanto, até é a Câmara que vai assumir isso, portanto, pomos aquilo a funcionar, mas deparamos lá com duas coisas. Uma tem que ver com a iluminação que existe lá, ainda halogéneo, portanto, o que consome, tem um consumo brutal, e outra, pior ainda, no que diz respeito ao piso. Ou seja, o piso não se encontra nas devidas condições para nós abriremos o Polidesportivo. Posto isto, evoluímos para uma situação que, a própria situação financeira da Junta também obriga-nos, que é avançarmos para uma concessão e exploração. Consultamos, fizemos já, como vocês têm acesso, uma consulta preliminar ao mercado, onde consultamos quatro empresas ligadas a esta área, onde dizemos aquilo que pretendemos. E aquilo que pretendemos é isto. É que haja quem venha a jogo, que venha com isto. Pagar uma renda à junta freguesia, pagar a água, luz e gás do equipamento, substituir a relva sintética do equipamento, substituir a iluminação passando a LED's do equipamento e também acrescentar uma coisa que também achamos que é importante, fechar as laterais do Polidesportivo, ou seja, ele é aberto e fechar as laterais de forma a mitigar o impacto que aquilo tem, que sempre teve, nomeadamente com o condomínio da Quinta das Chãs. Portanto, é isto que nós pedimos ao mercado para ver que expectativa é que tem, salvaguardando aqui o interesse público. E o que é que é o interesse público? É, desde logo, o cumprimento de que o equipamento até às 17h30 está à disposição da Escola da Afurada de Cima. É o cumprimento de que a junta freguesia ou alguma associação solicite o equipamento, desde que seja com antecedência de 30 dias, terão que ceder o equipamento e, portanto, e grosso modo, portanto, entendemos que assim salvaguardamos o interesse público. Por fim conta dizer que expectativa é que nós temos a nível financeiro com aquilo. Temos a expectativa, porque consultamos também, vamos vendo o que é que há por aí, fizemos as nossas contas, tendo em conta o investimento que estimamos que quem for para lá com isto que tem que fazer terá que gastar no mínimo 50 mil euros, no mínimo 50 mil euros, só para a relva são 30 mil e portanto terão que fazer esse



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

investimento e portanto a nossa expectativa é de termos uma receita com um equipamento novo a funcionar e sem a Junta pregar lá um prego que nos permita ter uma receita com aquilo que nós prevemos no plano de orçamento que ronda os 25 mil euros ao ano e, portanto, já nos dávamos como satisfeitos se fosse nessa ordem. Mas veremos o que é que o mercado vai dizer. Houve um destes, a consulta está a decorrer, acho que termina a 5 de maio, houve um que já respondeu, dizendo que está interessado num possível concurso. E, portanto, veremos o que é que vamos ter a nível do mercado. Por fim, esclarecer aqui uma coisa que também foi aqui amplamente falada. A cláusula segunda deste contrato de comodato diz assim, o imóvel é entregue à comodatária, no estado, pronto, que é, e depois, no número 2 da cláusula segunda, diz assim, a comodatária declara, comodatária que é a Junta da Freguesia, ainda ter pleno conhecimento de que o município de Vila Nova de Gaia cedeu, igualmente em regime de comodato em vigor, que ainda se encontra em vigor, à Associação Grupo Recreativo e Desportivo Unidos do Bairro mediante a celebração do respetivo contrato, um contentor monobloco instalado no logradouro do Polidesportivo da Afurada, a qual constitui a sede da referida associação, aceitando a junta a manutenção dessa situação durante a vigência do presente contrato. Ou seja, para que fique claro, está salvaguardado aqui neste contrato, pelo menos até durante a vigência do presente contrato, que termina para o ano, não sei, meados de março, abril, não sei, grosso modo, a situação da associação que ali se encontra. Agora, também como é público, e a associação também sabe disso, nós não defendemos ali aquilo. E já estamos a trabalhar em tentar encontrar uma alternativa àquilo. Porque aquilo que está ali não é nada. E, portanto, e nós vamos fazer de tudo para que aquilo saia dali. Portanto, isso, a Associação já sabe disso e eu queria que ficasse muito claro. Porque defendemos que aquilo não é digno de estar ali. Portanto, de resto, Senhor Presidente, era isto para já e estou à disposição se houver algum esclarecimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Presidente. Pergunto às bancadas se alguém quer intervir neste ponto? Senhor Francisco Moreira. -----

O Senhor Deputado Francisco Moreira, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mais uma vez, boa noite. Como sabe, foi uma grande bandeira na campanha eleitoral do Senhor Presidente da Junta devolver o polidesportivo aos Afuradenses. Pese embora este equipamento nunca tenha sido retirado a ninguém. Na página 14 do Regulamento de Taxas aprovado nesta Assembleia de Freguesia, lia-se que a Junta tencionava cobrar 40 euros por hora na utilização do polidesportivo. No entanto, vem agora o Executivo pedir uma autorização a esta Assembleia para celebrar um contrato de concessão do direito de exploração. Apresentando ainda uma consulta preliminar ao mercado, vários aspetos não podem deixar de ser apontados. Em primeiro lugar, cumpre informar que o Polidesportivo foi cedido pelo município de Vila Nova de Gaia à Junta de Freguesia de São Pedro da Afurada, em regime de comodato. Como tal, e como consta na segunda cláusula da primeira do contrato, o Polidesportivo foi entregue à Junta para este destinatário unicamente e exclusivamente ao desenvolvimento de atividades de cultura, tempos livres e desporto. A Junta de Freguesia como comodatária, não tem nenhum direito à exploração e a conceder, no entanto, está autorizada conforme número 2 da cláusula, número 4 do contrato, a ceder totalmente ou parcialmente a utilização do polidesportivo a entidades públicas ou privadas desde que a cedência cumpra com a finalidade do comodato, que é



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signatures and initials in blue ink.

o desenvolvimento de atividades de cultura, tempos livres e desporto, em prol da população. Não nos parece que nos termos em que a consulta foi feita, salvguarde devidamente os interesses da população. Em segundo lugar, a consulta preliminar menciona na alínea C do ponto 5, um pedido de orçamento para as obras, intervenções e melhorias a realizar no Polidesportivo. Queremos recordar que, conforme a cláusula quinta do contrato da Junta de freguesia, no imóvel, sem autorização prévia e escrita da Câmara Municipal. Por último, no terceiro parágrafo da consulta preliminar, lê-se o seguinte, tanto a presente consulta preliminar, como o presente documento tem um carácter de informação aqui vinculadas, como tal, tais informações poderão ser vertidas das peças de procedimento se vier a ser desencadeado pela entidade adjudicante ou no contrato que vier a ser aprovado pelo órgão competente para a decisão de contratar. Da mesma maneira, a entidade adjudicante não se acha vinculada à celebração de qualquer contrato. Ora, se no teor desta declaração se depreende que esta consulta não é minimamente séria, não inspirando qualquer confiança a um operador económico interessado. Se o Senhor Presidente da Junta está a lançar uma consulta de mercado, mas diz não se compromete, como lá consta, queremos perceber então qual é o objetivo deste procedimento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, para responder? -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Bom, eu começo por reafirmar que a competência é do Executivo da Junta na celebração destes tipos de contratos e não da Assembleia. Porém, é exatamente isso que eu queria que acontecesse, ou seja, perceber que efetivamente o que é que a oposição pensa disto. Porque nós não podemos vir aqui dizer que a Junta da Freguesia não tem receita, não é? E depois dizer que queremos que aquilo abra, não sei de que forma, nem de que modos. Porque quando o Senhor Francisco diz aqui que aquilo nunca foi tirado aos Afuradenses, mas então onde é que andou nos últimos seis anos? Então não foi tirado? Ou há algum Afuradense que praticou desporto no Polidesportivo da Afurada nos últimos seis anos? Mas, Senhor Presidente, espero que depois dê a palavra ao Senhor Deputado para dizer o que é que não faça falar. Porque estas coisas têm que ser claras. Não há aqui nada na manga. Há aqui o interesse da Junta Freguesia. Ponto final. Mas, quando diz isso, o Polidesportivo esteve fechado durante estes seis anos. Portanto, está lá, só não vê quem não quer ver. E você sabe, também já foi lá, e sabe o estado de conservação que aquilo está. Depois, dizer que, no que diz respeito à questão das questões processuais, que acabou de ler, leu uma que é sublime, que é, à comodatária, que, neste caso, é a junta, fica autorizada a ceder total ou parcialmente a autorização, não que for de espaço a entidades públicas ou privadas, desde que a indicada cedência cumpra a finalidade do comodato, que vai cumprir, e o caderno de encargos será feito dessa forma, e desde que cumpra o decreto-lei número tal e tal. Nós estamos a fazer isso. Nós vamos cumprir o que está aqui. E, no que diz respeito ao interesse público, também está aqui, estou aberto, porque isto é uma consulta ao mercado, aberto aqui a alguma achega para o caderno de encargos. Se, quando se diz aqui ao mercado que, o Polidesportivo encontra-se afeta à promoção e à salvguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios da cultura, tempos livres, desporto e como tal deve ser assegurado o uso do Polidesportivo pela escola básica da Afurada de Cima para a realização de atividades



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten signature in blue ink.

durante o período letivo entre as 8h30 e as 17h30. O uso do Polidesportivo pela escola da Afurada de Cima durante as férias e interrupções escolares e para atividades extracurriculares. O uso do Polidesportivo para a realização de atividades de outras instituições ou associações culturais, sociais, recreativas e desportivas representativas da freguesia de São Pedro da Afurada. O uso do Polidesportivo para a realização de atividades da junta freguesia da Afurada. Com exceção do ponto I, salvo casos excepcionais e de urgência imperiosa, devidamente justificada, o pedido de uso do Polidesportivo é solicitado ao concessionário com antecedência de 30 dias face à data pretendida. Se isto não é salvaguardar o interesse público, é o quê? Mas se quiser que salve mais, eu salve mais. Esteja à vontade. Como disse à sua colega ainda há pouco, façam propostas. Ajudem. Não se metam no papel apenas e só para chegar ali e ler um documento. Façam. Discutem. Por fim, dizer que isto não é uma consulta séria, também não percebi. Não sei se foi alguma empresa que esteja no mercado que conhece que possa ter sido convidada e que lhe terá dito isso, não sei. A proposta é séria, é clara. Quem quiser vir a jogo será dentro disto. O caderno de encargos vai ser dentro disto. Veremos. E depois, a questão da, também falou de 40 euros para pagar por hora que contemplamos na... Sim, sim, é verdade. Mas porquê? Está a dizer que quem vier a ganhar o Polidesportivo vai cobrar 100 euros, é isso? Então, pronto, não sei. Olhe, o que eu sei é que eu consultei o mercado à volta, à volta, o Cedro é referência, a Tripeira é outra referência, Gulpilhares é outra referência, os valores andam à volta dos 40 euros, fui buscar a eles, a quem vive disto. Portanto, não me parece que quem venha para ali para o Polidesportivo, tendo em conta o investimento que vai fazer, não me parece que vá especular sob o ponto de vista do preço a cobrar a quem quiser praticar desporto. Mas mesmo que assim fosse, que eu não me acredito, pessoalmente não me acredito, porque ponho-me no lugar deles, seria um suicídio, não é? Se ao lado estão a cobrar 45 e ali cobrar 60, é suicídio. Mas o que eu quero, e você disse e disse bem, é devolver o equipamento desportivo, o Polidesportivo da Afurada, aos Afuradenses, que estão privados de utilizá-lo há 5, 6 anos. E disse muito bem, foi bandeira minha e eu estou a cumprir. Porque se eu não estivesse a cumprir, o que é que o Senhor Francisco diria ali? Diria, ó Senhor Presidente, o senhor foi bandeira do Polidesportivo, ele ainda se encontra fechado, disse que a câmara ia passar para a junta, ainda não passou, e mais não sei o que mais. Eu estou a cumprir, sou, entre aspas, acusado de que não estou a colocar aquilo à disposição dos Afuradenses. Não, eu quero colocar aquilo à disposição dos Afuradenses. Eu quero já agora fazer uma grande festa, uma grande festa, quando abirmos o Polidesportivo novamente aos Afuradenses. Mas uma grande festa, convido já para assistir a essa festa. Porque o que o senhor deveria aqui dizer é que a Câmara anterior... Pá, e depois eu tenho que falar no passado, também já foi para a Maria Elisa dizer que só falo no passado, mas eu tenho que falar no passado. Até que a voz me doa. Até que a voz me doa. Vou concluir, Senhor Presidente. Eu tenho que falar no passado até que a voz me doa. Porque aquilo que fizeram naquele Polidesportivo foi um atentado. Um atentado. Privaram durante seis anos a utilização do Polidesportivo e ainda fizeram, ainda meteram lá um contentor para fazer de sede de uma associação. Foi um atentado que fizeram aquilo. E isso sim é que vocês deviam dizer aqui, mas não dizem. Eu percebo porque é que não dizem. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Muito bem, Senhor Presidente. Nós estamos com meia hora e temos dois pontos para discutir, está bem? Senhor Francisco, faz favor. -----

O Senhor Deputado Francisco Moreira, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Olha, Senhor Presidente, eu acho que o senhor também tem um bocadito de memória curta. Quando aquele Polidesportivo foi inaugurado, foi na altura do Senhor Filipe Menezes e você não teve com essa força toda de ficar com o Polidesportivo para os Afuradenses. E o senhor sabe para quem é que foi cedido o Polidesportivo? Foi para o filho do Filipe Menezes. E o senhor não fez força para ele ficar aqui na posse da Junta da Freguesia? Isso é que devia de louvar, era essa a situação. Era de louvar o polidesportivo vir para a Junta de Freguesia. Mas não, nessa altura não lhe convinha. Está a entender? Agora convém. Mas na altura não lhe convinha. Peço desculpa. Senhor Presidente, eu peço desculpa. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Vou pedir à Flávia que quer intervir e depois o Senhor Presidente responde aos dois. Eu é que volto a lembrar que temos 25 minutos para discutir ainda dois pontos, sob pena da Assembleia ter de passar para uma nova data, está bem? Portanto, apelava ao vosso poder de síntese. -----

A Senhora Deputada Flávia Remelgado, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Pronto, de forma a não estar aqui a voltar a esgrimir os argumentos aqui do Executivo com o qual o nosso grupo parlamentar concorda a 100%, apenas penso que é importante clarificar qual é que é a diferença entre uma consulta preliminar ao mercado e um concurso público. Portanto, Senhor Presidente da Junta, peço por favor de explicar, pelo menos aos cidadãos aqui presentes, qual é que é a diferença e que, de facto, o Polidesportivo neste momento ainda não foi adjudicado a nenhuma empresa. Obrigada. -

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Senhor Deputado Pedro Fernandes faz favor. -----

O Senhor Deputado Pedro Fernandes, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Boa noite mais uma vez. Isto para a bancada do Partido Socialista, como sabem tão bem quanto eu, aquele ringue está mesmo em mau estado. Visto que as contas da Junta não têm possibilidades para gerir aquilo e que não dá financeiramente para abrir aquilo em tempo, vá, este ano, no próximo ano, nem em dois anos. Não vejo qual é a grande dificuldade de passar a terceiros. Visto que, da última vez, como o Senhor Francisco falou agora, que estavam o filho do Menezes, ele teve sempre a trabalhar, até vir o Covid, sempre a trabalhar e eu presencialmente fazia lá jogos. Portanto, não vejo qual é o grande problema, termos ali um Polidesportivo que vai sair dos cofres da Junta 50 ou 60 mil euros, que não existe, qual é a dificuldade de ter uma empresa exterior a gerir e salvaguardar os Afuradenses? É isto que a mim me custa assim um bocado a tentar perceber o porquê andarmos com estas *picuïsses*. Estamos a salvaguardar sempre os Afuradenses. O Senhor Presidente acabou de frisar que os eventos, as escolas vão continuar a ter o ringue. Não estou a ver qual é a grande dificuldade de terceiros não poder explorar aquilo. Muito obrigado. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, por favor, para responder. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Sim, Senhor Presidente. Pronto, percebi porque o Senhor Francisco dizia que não deixe de



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

falar. Portanto, estou mais tranquilo em saber que aquilo que se estava a referir tem a ver com uma gestão anterior, bem anterior, bem anterior. Eu não estou a fugir, estou a dizer bem anterior, mas poderia também dar uma explicação daquilo que foram os últimos seis anos do Polidesportivo. Ajudava também à discussão. Dizer, olha, Senhor Presidente, a Câmara nos últimos seis anos foi completamente incompetente. Portanto, o senhor aqui vem à coação que, bem lá atrás, no início do Polidesportivo, a Junta não ficou com o Polidesportivo, foi a Câmara, por si, assinou, fez uma concessão, a Câmara, na altura, Gaianima, para uma empresa que uma das pessoas que estava nessa empresa era o filho do doutor Menezes. Portanto, trouxe à coação isso. Não trouxe à coação, aquilo que foram os últimos seis anos daquele equipamento, que esteve fechado, a ganhar erva até o pescoço e a meter lá um contentor. Isso não interessa. Eu sei que não interessa. Não, eu sei que não interessa discutir. Não, eu sei. O que interessa é discutir. Mas, quero dizer o seguinte. Na altura, foi entendimento da Câmara que a gestão do equipamento fosse uma empresa, portanto, Câmara, Gaianima, uma empresa a o fazer. Na altura, a situação financeira, embora fosse emergente, não era tão emergente como é agora. Mas, sob o ponto de vista da Junta foi salvaguardado da mesma forma como estamos a salvaguardar aqui os interesses dos Afuradenses. Olhe, a escola tinha exatamente aquilo que nós estamos a propor, a Junta que chegou, você participou já, chegou a participar e há algumas iniciativas feitas pela Junta, a freguesia tinha as iniciativas que pedia, os Jogos Juvenis, quando pedia, portanto, também tinha as horas afetas aos Jogos Juvenis. Portanto, sob o ponto de vista, nesse tempo, funcionou bem. E como disse aqui o deputado Pedro Fernandes, e bem, o que interessou é que aquilo funcionava. E havia Afuradenses que iam para lá jogar, praticar desporto. Então qual é a única coisa que está aqui subjacente naquilo que você disse aqui? Tem a ver com essa dita empresa, que um filho do doutor Menezes participasse ou colaborasse com a dita empresa. Apenas e só isso. Não tem a ver com o funcionamento do Polidesportivo, com o fim que o Polidesportivo teve. Porque esse foi normal. Foi normal. O que não foi normal foi estes últimos seis anos. Isso é que não foi normal. Porque esteve fechado. Não, o Covid foi em 21, em 20. Já estamos em 26. O Covid foi em 20. Já estamos em 26. Faça as contas. Portanto, isso é que não foi normal. E isso devia ter uma palavra forte aqui que ficasse registada em ata, dizer a Câmara foi incompetente, a Junta foi incompetente. Mas não, não interessa. Relativamente, por fim, à questão da... Sim, é uma consulta. Eu explicar... Eu não sou jurista. O que me dizem os juristas é que há uma consulta preliminar ao mercado. Veremos quem é que vem. Aliás, pode-se aqui colocar a hipótese de até partirmos para um ajuste direto. Ainda se pode colocar essa hipótese. Havendo só... Vamos ver quem é que vem a jogo. E, portanto, pode-se sempre colocar essa hipótese. Mas, portanto, os procedimentos que vêm a seguir decorrem e decorrerão da lei. Nós não vamos fazer nada que não seja ou que seja contra a lei. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mais ninguém quer intervir? Mais nenhuma parte quer intervir? Muito bem. A Flávia, faz favor. Mas tem de ser muito rápido, Flávia, que está o tempo a passar muito depressa. -----

A Senhora Deputada Flávia Remelgado, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Olá, vou tentar fazer valer aqui pelo menos aquilo que andei boa parte da minha vida a estudar, porque pelo menos eu acho que ninguém entendeu sequer o que é que é uma consulta preliminar ao mercado e de facto acho que é para isso que vocês estão aqui,

Handwritten initials and a signature in blue ink.

para vocês entenderem o que é isto e quais é que são estes palavreados e estes contratos que a Junta está para aqui a discutir. De facto, uma consulta preliminar ao mercado visa perceber em que condições é que um determinado bem, neste caso o Polidesportivo, pode ser cedido. Isto é, qual é que é o preço que as pessoas estão dispostas a pagar, tendo em conta as condições. Quando eu digo pessoas, estou a falar em pessoas coletivas ou pessoas singulares, ou seja, podem ser empresas ou podem ser pessoas, até pessoas aqui da própria freguesia, se poderiam ter aqui interesse e vir falar com a junta de freguesia e dizer assim, olha, todos, eu tenho uma ideia para explorar o Polidesportivo, as condições são estas, é isto que eu pretendo. Isto não é, de forma nenhuma, fazer com que a exploração do Polidesportivo passe para um terceiro, pelo menos nesta fase, não é nada disso que se discute. Portanto, é por isso que não é vinculativo, porque isto é uma ferramenta que a Junta de Freguesia tem e as entidades públicas têm para perceberem que condições é que poderiam colocar à exploração um determinado imóvel neste caso. Espero que tenha ficado claro e que pelo menos tenham percebido qual é que é o objetivo aqui de uma consulta preliminar é mesmo isso. Obrigada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Sra. Deputada. Muito bem. Vamos passar então de imediato à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Aprovado por maioria com o seguinte resultado: PSD 5 votos a favor, CDS 1 voto a favor, PS 3 votos contra. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito bem, passemos ao **Ponto 3.5, verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo de um vogal da junta freguesia, conforme alínea Q do número 1 do artigo 9 da lei 75 de 2013, 12 de setembro**. Eu relembro que o que está em análise é a competência da Assembleia verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo de um vogal da junta. Portanto, a Assembleia não vai deliberar se aprova ou não o meio-tempo, vai só verificar a conformidade da atribuição desse meio-tempo. Portanto, eu dou a palavra ao Executivo para a apresentação e indicar qual é o vogal que vai usufruir deste meio-tempo.

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: A vogal é a Diana, portanto, já está nesse papel. E, como disse e bem, está de acordo com aquilo que a lei prevê. É uma decisão minha, compete ao Presidente da Junta atribuir, portanto, o outro meio tempo que uma freguesia como a nossa, com a população que temos, tem direito. Este meio tempo, sim, sai do orçamento da Junta, mas é uma opção. Eu não olho isto como uma despesa, olho como um investimento necessário para aquilo que pretendo desenvolver aqui na Junta de Freguesia. -----

O Senhor Deputado Carlos Duarte, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mais uma vez, boa noite. Antes de mais, cabe-me justificar que isto nada nos move contra ninguém, simplesmente a favor da nossa terra. Então, no despacho número 1 de 2026, o Senhor Presidente da Junta determinou de atribuir o regime de permanência a meio tempo à Vogal da Junta, Diana Gomes. Começamos por apontar que um regime de permanência a meio tempo é um contrassenso. Ou o regime é permanência logo a tempo inteiro ou é de meio tempo. Pela fundamentação invocada, entendemos que o que pretende o Senhor Presidente, no final de contas, é atribuir meio tempo à Senhora Secretária do Executivo. Ora, compete ao Presidente da Junta de Freguesia decidir sobre o exercício de funções em regime de tempo inteiro ou de meio tempo, conforme estipulado na alínea A do



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

#3
G

número 2 do artigo 18 do regime jurídico das autarquias locais. Uma vez que atualmente é possível em todas as freguesias, independentemente do número de eleitores, o exercício do mandato do Presidente da Junta de freguesia em regime de meio tempo, basta que os interessados tomem a respetiva opção, ao abrigo das posições conjugadas no número 1 do artigo 27 da lei nº 169/99 e da alínea A do número 2 do artigo 18 do RGAL. Assim, o Presidente da Junta decidiu exercer o seu mandato em regime de meio tempo. No entanto, vem agora dizer que quer optar ao abrigo do artigo 27/3 da Lei 169/99, por exercer o mandato a tempo inteiro e subsequentemente atribuir meio tempo à vogal de Diana de Gomes, pelos dispostos no artigo 4 e 5 do artigo 27. Assim, caberia a esta Assembleia verificar a conformidade dos requisitos da alínea B do número 3 do artigo 27 da Lei 169/99. Contudo, entendemos que esta análise se revela desnecessária porque mesmo que se verifiquem os requisitos, uma decisão deste calibre é de uma enormíssima irresponsabilidade política e nunca poderá acolher o nosso apoio. Ora, o meio tempo de que beneficia o Senhor Presidente da Junta é suportado... -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Eu relembro que não está aqui em causa nem é apreciação que esta Assembleia possa fazer sobre a atribuição do meio tempo. Aqui a nós, a Assembleia de Freguesia, compete-nos pura e simplesmente verificar a conformidade dos requisitos. A leitura política da atribuição do meio-tempo não nos compete aqui neste momento à Assembleia. Portanto, o Senhor Carlos, o Senhor Deputado, ou qualquer outro deputado, aqui única e simplesmente tem que dar sua informação se acha que os requisitos que levam à atribuição deste meio-tempo estão em conformidade com a lei ou não. Portanto, é só isso. Está bem? -----

O Senhor Deputado Carlos Duarte, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Portanto, essa parte já tinha lido. Portanto, peço desculpa. Nunca será a minha intenção passar por cima da vossa competência. Agora vou dar então a minha parte que esta análise será necessária porque, mesmo que se verifiquem requisitos, uma decisão deste calibre é de uma enormíssima irresponsabilidade política e nunca poderá acolher o nosso apoio. Ora, o meio tempo que beneficia o Senhor Presidente da Junta é suportado pelo Orçamento do Estado. Toda a remuneração excedente teria de ser suportada pelo Orçamento próprio da Assembleia de Freguesia. Recordamos que 91,5% da despesa apresentada nos meses de novembro e dezembro de 2025 correspondeu às despesas com o pessoal. Reiteramos, uma esmagadora maioria do que se gastou foi para pagar salários, sobrando uma margem residual para responder às necessidades da população. Colocar mais um vencimento ao encargo da Junta seria voluntariamente estar a apertar a corda ao pescoço. Passo a expressão. É importante apontar que, no despacho, o Senhor Presidente apresenta-nos os fundamentos de direito e todas as contas que legitimam a atribuição do meio-tempo à vogal a Sra. Diana Gomes. No entanto, a nosso saber, falta informação essencial. A fundamentação de facto. Quais são os motivos concretos que legitimam? ---

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Vá-me desculpar. O senhor está a fazer uma apreciação política da atribuição do meio-tempo. O senhor está a fazer a apreciação política, não é competência desta Assembleia. O senhor terá, pura e simplesmente, neste caso, que dar o seu contributo relativamente à conformidade dos requisitos para a atribuição do meio-tempo. A apreciação política não cabe neste espaço. Está bem? Peço-lhe, por favor, que se cinja a informar esta



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia, se tem alguma objeção a fazer à conformidade dos requisitos, para que eu possa tomar nota das suas objeções, informar-me e depois responder-lhe em conformidade. Está bem? -----

O Senhor Deputado Carlos Duarte, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Sim, vou concluir porque essa parte já a li anteriormente. Portanto, essa parte já li anteriormente, a parte final não me deixaram ler, mas acho que a ideia ficou certa. E peço desculpa se me excedi. Estão muito boa noite. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Aqui não é uma questão de exceder ou pedir desculpa, aqui é uma questão só de fazermos as coisas tal qual elas são necessárias. Portanto, eu não percebi, não ficou registado se tem alguma objeção a fazer à conformidade dos requisitos. Se concorda que os requisitos estão de acordo com a lei ou se tem alguma objeção a fazer. Não concorda com a decisão política. Estou a perguntar se concorda com os requisitos, que é isso que está aqui em análise? Então posso declarar que o seu voto é relativamente à conformidade dos requisitos, está em conformidade. É isso, pronto, muito bem. É isso que eu preciso perceber que eu tenho de fazer a ata depois, está bem? Pronto, mas eu tenho de ter a certeza. Pronto, eu tenho de ter a certeza, está bem? Obrigado. Mais alguém quer intervir? Muito rápido, Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Eu concordo com o Presidente da Assembleia, que isto é uma verificação, que está, e tranquilizo a Assembleia, de acordo com a lei. Mas, porque referiu aqui uma coisa, e eu só queria falar nisso para termos comparação, e também para perceber aquilo que vocês também pensam nisso, que é o seguinte, quando disse que isto é uma enormidade de uma irresponsabilidade política, deixe-me... -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Sr. Presidente, cinja-se, por favor, pura e simplesmente à conformidade dos requisitos. Todas as observações políticas não cabem neste espaço. Obrigado. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Pronto, então retiro o que disse. Então, em conformidade política, em termos de comparativo, a União que nós estávamos, que fazíamos parte, o Senhor Presidente da Junta, de então, decidiu sempre atribuir os quatro meios-tempos, não foi um, não foi dois, não foi três, quatro meios-tempos que decorre da lei, que é o que permite fazer, para gerir, gerir, as duas freguesias. Claro, bem maior, era ele e mais quatro. Eu só estou a pedir um mais um. Pronto, é só isso. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito bem. Alguém mais quer intervir? Portanto, não havendo nenhuma observação referente, e reitero, à verificação da conformidade dos requisitos para atribuição das funções de meio tempo ao vogal da Junta, não havendo nenhuma observação a fazer, eu vou dar este ponto como concluído. Certo? Portanto, foi verificada a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo do vogal da Junta, não havendo observações a registar. Posto isto, passemos ao **Ponto 3.6, apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Junta e da situação financeira, nos termos da alínea E do número 2 do artigo 9 da Lei nº 75 de 2013, 12 de setembro**. Dou a palavra ao Executivo se quiser fazer alguma apresentação, seguidamente às bancadas. Recordo que temos cinco minutos para tratar



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

deste assunto. Obrigado. Muito bem. Alguém quer intervir neste ponto. Ana João, por favor. -----

A Senhora Deputada Ana João Machado, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Boa noite novamente. Após a análise da informação disponibilizada pelo Senhor Presidente, não posso deixar de referir que já há bastante tempo não era evidenciado um volume de trabalho tão significativo em prol da nossa freguesia, o que naturalmente merece ser assinalado. No entanto, sendo esta uma freguesia com fortes raízes na atividade piscatória, importa também acompanhar com especial atenção todas as matérias que dizem respeito a este setor, que é vital para a comunidade. Nesse sentido, e no seguimento da reunião realizada no passado dia 27 de março com a Associação Nacional da Pequena Pesca do Cerco, gostaria de colocar a seguinte questão. Poderá o Senhor Presidente esclarecer esta Assembleia sobre os principais temas abordados na mesma e eventuais conclusões ou compromissos assumidos? Considero que essa informação é relevante para todos, sobretudo para melhor compreendermos que perspetivas existem para o setor e de que forma a freguesia poderá contribuir para a defesa dos interesses dos pescadores. Obrigada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, para responder, por favor. -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado, Senhor Presidente. Bom, têm em seu poder, portanto, a informação do Presidente, que são uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, quantas? 11 páginas poderiam ser 20, mas pelos vistos nada disso importa, portanto, porque não houve aqui nenhum comentário em relação ao trabalho aqui desenvolvido nestes últimos três meses, portanto, o que registo. Porém, dizer que... Aquilo que temos desenvolvido e o trabalho que temos desenvolvido tem muito a ver com preparar para o futuro. Algumas coisas vão começar a acontecer. Ainda agora estávamos a discutir uma que já podia estar no terreno, mas infelizmente os procedimentos são o que são, refiro-me ao Polidesportivo, que registo, que teve o voto contra do Partido Socialista, uma possível solução para pôr aquilo novo e para pôr aquilo a funcionar e para pôr aquilo a render à Junta de Freguesia, registo. Registo esse voto contra do Partido Socialista, portanto, que está muito preocupado com a receita da Junta de Freguesia, mas não está, neste caso, preocupado em termos um equipamento da forma como temos fechado e a não dar nada à junta de freguesia, portanto. Mas é assim, por isso é que eles estão na oposição e por isso é que nós estamos aqui. Foi o que o povo assim escolheu. Entretanto, a informação, como referi, poderia ter bastante mais coisas. Destacava nestes três meses obviamente a reabilitação da Abílio de Azevedo, que é uma obra de mandato. Destacava também o trabalho que temos feito ao nível das melhorias, das boas práticas, nomeadamente no que diz respeito aos resíduos. Destacava o projeto Gaia Limpa, o qual foi desenhado aqui, aqui nesta sala, e foi daqui que saiu o Gaia Limpa, que neste momento engloba as 24 freguesias. Destacava também aquilo que foi, tem sido, o trabalho, nomeadamente no que diz respeito ao Porto de Pesca, respondendo agora à Ana, as reuniões que tivemos com a Associação de Pesca têm que ver, fecharmos já o regulamento do Porto de Pesca, vai agora para consulta pública, contamos na próxima Assembleia trazê-lo cá para aprovarmos, que é uma ferramenta fundamental para meter ordem naquele Porto de Pesca, que nós sabemos o que é que ali temos, portanto será uma ferramenta fundamental para isso. Destacar também, no que



diz respeito à atividade da pesca, aquilo que temos a trabalhar na questão das obras que necessitamos fazer no Porto de Pesca, com a ampliação do molho, aqui deste molho, com a colocação de um guincho aqui na rampa de acesso, com a substituição de defensas todas, portanto, no Porto de Pesca. É um trabalho que estamos a desenvolver com a APDL e com a CCDRN e com a Associação dos Pescadores para avançarmos com isso. Permite-me falar num assunto que eu sei que queima, mas... Senhor Presidente, ainda faltam 4 minutos para a meia-noite. Também se for tolerante por mais 5 minutos, também não vem mal ao mundo. Pronto. Então, se me dá a licença de continuar. Posso? Que tem que ver com aquilo que nós temos desenvolvido para repor ordem a esta freguesia. A Polícia Municipal veio mais vezes à Afurada nestes seis meses do que veio em 12 anos. É um trabalho que tem que continuar a existir. Os moradores têm que dar um exemplo. Têm que dar um exemplo. Porque nós não podemos querer que a polícia atue se nós fazemos a mesma coisa que fazem quem nos visita, ok? Portanto, cabe-nos a nós dar um exemplo a esse nível, mas registo que o trabalho que se tem feito nos bastidores para repor aqui alguma ordem, porque era tudo o que esta freguesia não tinha, era ordem, e nós só conseguimos ter progresso se tivermos ordem. Bem como, no que diz respeito que, conto ainda esta semana, ter o plano feito que será apresentado à restauração, no que diz respeito à ocupação do espaço público. Nunca ouvi uma palavra da oposição em relação a isso. Nunca. Nunca ouvi. Nunca ouvi e nunca vi. Se falar nos cafés, aqui, dar a cara. Dizer o que é que está bem, o que é que não está bem. Nunca vi uma palavra em relação a isso. E, portanto, o plano está praticamente fechado. Vai ser apresentada uma solução de equilíbrio à restauração. A restauração que sabe, à partida, que equilíbrio é que nós pretendemos e não serão meramente surpreendidos para o que possa haver a seguir, esperando eu que, a partir do momento em que o plano venha para cima da mesa, seja concretizado, cumprido. Quem apanhar este comboio, segue o seu caminho, de forma a poder trabalhar, mas de forma também poder conviver de uma forma mais saudável com a população e vice-versa, e a população conviver de uma forma mais saudável com este registo de restauração, que é real e que nós temos hoje na nossa freguesia. Quem ficar fora do comboio, pronto, apanhará outro. Portanto, é um trabalho muito grande que está a ser feito e temos, de facto, enfim, perdido aqui umas horas a fechar isso. Portanto, tenho em querer que nos próximos dias haverá novidades em relação a isso, que volto a repetir, que é um problema que existe, é um problema que constantemente olham para ele e fazem de conta, e nunca vi, gostava de ver, a deputada Maria Elisa, o que é que tem a pensar, o que é que acha da ocupação do espaço público atual, na nossa freguesia. Eu gostava que a deputada Maria Elisa nos desse aqui o seu parecer, vá é que nunca ouvi uma palavra da parte dela. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito obrigado. Muito bem. Alguém quer intervir? Não. Portanto, este ponto não é objeto de deliberação, porque trata-se de matéria informativa e cumpro-me dizer que a **Assembleia tomou conhecimento e apreciou a informação apresentada**. Peço a vossa paciência agora para cinco minutos, enquanto se finaliza aqui a minuta da ata, para depois prosseguir. Afinal, não é preciso cinco minutos, que a Ana João é diligente. -----

A primeira da secretária da Mesa, Ana João Machado, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Minuta da ata. Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, 28 de Abril de 2026. Realizada no Auditório Francisco Crista, no edifício da Junta de



Assembleia da Freguesia
De São Pedro da Afurada

[Handwritten signature]

Freguesia de São Pedro da Afurada. Hora de abertura 21h09. Estiveram presentes os deputados conforme folha de presenças anexa. Foi anunciado o pedido de suspensão de mandato do Senhor Deputado do PSD, Bruno Vilas Boas, que foi substituído pelo Senhor Deputado José Pinto. Foi anunciado o pedido de suspensão de mandato da Sra. Deputada do PS, Margarida Ferreira, que será substituída pelo Senhor Deputado Carlos Duarte, depois da tomada de posse. De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia procedeu à verificação da conformidade dos pressupostos legais e da identidade do cidadão eleito, Carlos Duarte. Verificada a legalidade do processo, o Senhor Presidente conferiu-lhe a devida posse, tendo o mesmo assinado o respetivo auto e assumido de imediato as suas funções como deputado da Assembleia. Presidiu à reunião o Presidente da Mesa da Assembleia, João Paulo da Silva Neto, secretariou a sessão o primeiro e segundo-secretários da Mesa da Assembleia, respetivamente Ana João Machado Brito e Sofia da Conceição Correia do Mar. Do Executivo da Junta estiveram presentes o Presidente Eduardo José Moreira de Matos, Secretário de Diana Cristina Pereira Gomes e Silva Guimarães, Tesoureiro António Francisco da Silva Marques. Ordem de Trabalhos. Relativamente à intervenção do público, não interveio qualquer cidadão. Período antes da ordem do dia. Foram lidos os expedientes, os convites e presenças dos membros da mesa da Assembleia. Intervieram os deputados Maria Elisa Duarte, Francisco Moreira e Carlos Duarte pelo PS. Pelo PSD, o deputado José Pinto propôs um voto de Pesar que foi aprovado por unanimidade. Ainda pelo PSD, os deputados Pedro Fernandes e Flávia Remelgado tomaram a palavra. O Senhor Presidente da Junta, o Senhor Tesoureiro e o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia responderam a todas as intervenções e pedidos de esclarecimento. Período de ordem do dia. Ponto 3.1, aprovação das atas das sessões anteriores. Portanto, foram as atas das duas reuniões da sessão anterior postas em separado à discussão e posteriormente colocadas à votação. A ata da reunião de 30 de dezembro de 2025 não foi alvo de qualquer registo de intervenção, tendo sido de seguida submetida à votação e foi aprovada por 7 votos a favor, não tendo participado na votação os membros ausentes naquela reunião, respetivamente Carlos Duarte, PS, e José Pinto, do PSD. O mesmo se passa aqui com a ata da reunião de 23 de janeiro de 2026, na qual não se registou qualquer intervenção. A mesma foi submetida à votação e foi aprovada por 6 votos a favor, não tendo participado na votação os membros ausentes naquela reunião, portanto Senhor Francisco Moreira e Senhor Carlos Duarte por parte do PS e Senhor Pedro Fernandes por parte do PSD. Ponto 3.2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas relativamente ao ano 2025, nomeadamente aos meses de novembro e dezembro, conforme alínea B do número 1 do artigo 9 da lei nº 75 de 2013, de 12 de setembro. O Senhor Presidente da Junta fez uma intervenção acerca deste ponto, intervieram, entretanto, os deputados Maria Elisa Duarte e Ana Brito. O Senhor Presidente respondeu e esclareceu as dúvidas levantadas por ambas. Finda a discussão foi o ponto 3.2 colocado a votação com o seguinte resultado aprovado. Com a seguinte votação, portanto, 5 votos por parte do PSD a favor, 1 voto do CDS a favor e 3 votos contra por parte do PS. Ponto 3.3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais conforme alínea B do número 1 do artigo 9º da Lei nº 75 de 2013, de 12 de setembro. Portanto, não houve aqui qualquer observação. No fim da discussão, o Presidente da Assembleia declarou que a Assembleia tomou conhecimento e apreciou o inventário, não havendo observações de nenhuma das bancadas. Ponto 3.4, autorização



Handwritten signature and initials in blue ink.

para a celebração de contrato de concessão do direito de exploração do Polidesportivo da Afurada. O Senhor Presidente da Junta fez uma intervenção acerca deste ponto. Intervieram os deputados Francisco Moreira, Flávia Remelgado e Pedro Fernandes. O Senhor Presidente respondeu e esclareceu as dúvidas levantadas pelos Srs. Deputados. Finda a discussão foi o ponto 3.4 colocado à votação, tendo sido aprovado com 5 votos do PSD a favor, 1 do CDS a favor e três votos contra por parte do PS. Ponto 3.5. Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo de um vogal da junta de freguesia conforme alínea Q do número 1 do artigo 9 da Lei nº 75 de 2013, 12 de setembro. O Presidente da Assembleia informou que compete à Assembleia verificar a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo de um vogal da junta. O Senhor Presidente da Junta fez uma intervenção acerca deste ponto e interveio o Senhor Deputado Carlos Duarte. O Senhor Presidente respondeu e esclareceu as dúvidas levantadas pelo Senhor Deputado Carlos Duarte. Foi verificada a conformidade dos requisitos e o Senhor Presidente da Assembleia informou isto mesmo. Tinha sido verificada e aprovada a conformidade dos requisitos relativos ao exercício de funções a meio tempo do vogal da junta de Diana Gomes. Ponto 3.6. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Junta e da situação financeira nos termos da alínea E do nº 2 do artigo 9 da Lei nº 75 de 2013, de 12 de setembro. Prestou-se, através do Presidente da Junta, à apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade da Junta e a situação financeira da Freguesia nos termos legais. Interveio, Ana Brito. O Senhor Presidente respondeu e esclareceu as dúvidas levantadas. Não foi o ponto 3.6. objeto de deliberação por se tratar de matéria meramente informativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a ordem do dia, A minuta da ata foi lida pela primeira secretária da mesa, eu mesmo, concluída a leitura da ata, o Senhor Presidente colocou a minuta à votação nos termos da legislação em vigor. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Muito bem. Eu dei-me nota agora aqui, que tive um ligeiro erro no que concerne à apreciação da verificação da conformidade dos requisitos das funções a meio tempo. Apesar de eu ter dito que foi verificada a conformidade, não coloquei formalmente a votação. Portanto, eu vou agora, enquanto a Assembleia não está terminada, podemos voltar atrás. No ponto 3.5, eu pergunto à Assembleia, alguém... -----

O Senhor Presidente da Junta, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, posso? Penso, não tenho a certeza, que isto é mesmo para verificação, não há lugar a votação. A minha interpretação, eu só estou aqui para ajudar, não estou para complicar. Pronto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: Mas é a minha interpretação que a mesma deve ser votada sobre se os membros da Assembleia verificaram e concordam com a conformidade dos requisitos que levam ao meio tempo. Portanto, eu pergunto uma vez mais à Assembleia, quem vota a favor da confirmação da verificação dos requisitos sobre o meio tempo da vogal da junta? Todos. Muito bem. É só para isto ficar em conformidade, que é para não haver depois problemas a seguir. Obrigado. Muito bem. Depois de lida a minuta da ata, e agradeço terem votado, apesar de estar fora do tempo, esta situação da conformidade. Eu pergunto, alguém tem alguma declaração a fazer sobre a minuta da ata? Alguma intervenção? Observação? Não? Eu



Assembleia de Freguesia
De São Pedro da Afurada

Handwritten initials in blue ink.

vou pôr a votação. Quem vota a favor? Muito bem, foi aprovada por unanimidade. Eu agradeço a presença do público, a paciência que tiveram aqui de nos escutar durante estas horas. Agradeço ao Executivo, agradeço aos membros da mesa que a secretariaram e agradeço, obviamente, aos seus deputados da Assembleia que aqui estiveram presentes. Queria agradecer ainda à Dona Fernanda, que nos deu apoio, está de férias, mas deu-nos apoio aqui na parte administrativa, na preparação da Assembleia. E queria agradecer uma vez mais ao público e dou por encerrada esta Assembleia. São neste momento meia-noite e dez minutos. Muito bem. Agradeço mais uma vez. Boa noite e até à próxima. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

João Paulo da Silva Neto

A 1ª Secretária da mesa da Assembleia

A 2ª Secretária da mesa da Assembleia

Ana João Machado de Brito

Sofia da Conceição Correia do Mar

Aprovado por unanimidade
na assembleia de 18 Julho.

